

**DIAGNÓSTICO DO
TERRITÓRIO VALE DO RIO GUARIBAS**

2.2 - CONTEXTO GEOGRÁFICO.....	6
2.2.1 - Localização e Situação Geográfica.....	6
3.2 Educação.....	18
Educação Profissional.....	26
Educação Superior.....	27
3.3 Situação da cultura, esporte e lazer.....	29
3.4 Comunicação.....	31
5 CONTEXTO SOCIOECONÔMICO.....	42
5.1 Produto Interno Bruto.....	42
5.2 Finanças públicas.....	48
5.4 IDH.....	56
5.5 Estrutura Fundiária.....	57
6 CARACTERÍSTICAS DOS SISTEMAS PRODUTIVOS.....	61
6.2 Sistema de Criação.....	64
7 CONTEXTO POLÍTICO – INSTITUCIONAL.....	70
7.1 Caracterização do tecido social.....	70
CAJITA - Cooperativa Agroindustrial dos Cajucultores de Itainópolis Ltda. – Itainópolis – PI;.....	73
COMAMH - Cooperativa Mista Agroindustrial de Monsenhor Hipólito Ltda. – Monsenhor Hipólito;.....	73
COMASA - Cooperativa Mista Agroindustrial de Serra Aparecida – Pio IX.....	73
COOMAVINP Cooperativa Agropecuária e Apícola de Vila Nova do Piauí.....	73
7.2 Gestão Territorial de Políticas Públicas.....	74
É assim que a perspectiva territorial do desenvolvimento rural sustentável permite a formulação de uma proposta centrada nas pessoas, que leva em consideração os pontos de interação entre os sistemas socioculturais e os sistemas ambientais e que contempla a integração produtiva e o aproveitamento competitivo desses recursos como meios que possibilitam a cooperação e co-responsabilidade ampla de diversos atores sociais.....	78
Trata-se, portanto, de uma visão integradora de espaços, atores sociais, mercados e políticas públicas de intervenção, através da qual se pretende alcançar: a geração de riquezas com equidade; o respeito à diversidade; a solidariedade; a justiça social; a inclusão social.....	78
7.4 Reflexões sobre a gestão territorial.....	80
Presidente: JAILSON TEIXEIRA DE LEMOS.....	120
Representante: ADILSON MANOEL WENZEL.....	120
Presidente: EDIMILSON ANTONIO DE SOUSA SÁ.....	121
Diretor Presidente: ANTONIO LEOPOLDINO DANTAS FILHO.....	121
Sócio Administrador: THIAGO GAMA DE OLIVEIRA.....	121
Sócia Administradora: DELMA DE BRITO CABRAL.....	122
Preidente: LOURIVAL CORRENTE CRUZ.....	122
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.....	123

GLOSSÁRIO

Centro de Saúde - Unidade destinada a prestar assistência à saúde, contando com uma equipe interdisciplinar em caráter permanente, com médicos generalistas e/ou especialistas. Desenvolve consultas médicas permanentes e exames de laboratório na sua estrutura física.

Clínica especializada - É o estabelecimento de saúde destinado a prestar assistência médica, em uma só especialidade, prestando serviços de consulta e exame. Esses serviços podem ser da rede do SUS ou prestadores de serviços.

Posto de Saúde - Unidade de saúde que presta assistência a uma população estimada em até 2.000 habitantes, sendo a assistência prestada por profissionais de nível médio ou elementar.

Hospital Geral - Unidade de saúde que deve contar com infraestruturas física e humana para realizar diagnóstico e dar prosseguimento ao tratamento do paciente, em caráter de urgência e emergência, de média e alta complexidade.

Unidade Mista - É o estabelecimento de saúde destinado a agrupamentos populacionais de pequeno porte que não ultrapassem 15.000 habitantes, para atender as especialidades médicas básicas e dar cobertura ao atendimento de urgência do próprio estabelecimento e àqueles referidos da área delimitada.

Hospital Especializado - É o estabelecimento de saúde destinado a prestar assistência médica, em uma só especialidade em regime de internação e emergência.

Unidade de Vigilância em Saúde – unidade que sistematiza dados epidemiológicos das doenças transmissíveis e não transmissíveis – DANT's para avaliação e montagem de estratégias para redução de agravos, de morbidade e mortalidade.

Unidade Móvel Terrestre – O SAMU/192 faz parte da Política Nacional de Urgências e Emergências, ajuda a organizar o atendimento na rede pública prestando socorro à população em casos de emergência

Central de Regulação de Serviços de Saúde - processo de regulação das ações de saúde que, a partir de pactos entre os gestores municipais, unidades de saúde e representantes da comunidade, constituem-se em um instrumento ordenador e definidor da atenção à saúde. Um dos exemplos, portanto, deste processo é a utilização da tecnologia da informação na gestão da saúde; implantando a Rede de Centrais de Regulação para internações e exames de alta e média complexidade direcionados para todas as regiões do estado.

Unidade de Apoio Diagnose e Terapêutica - Unidade que presta cuidados primários personalizados e continuados, a indivíduos, famílias e a uma determinada população, independente de idade, sexo ou afecção, tendo como uma das mais importantes funções acelerar o processo de reavaliação das práticas assistenciais à saúde/doença. Tal unidade se constitui em ferramentas auxiliares do trabalho da equipe de saúde desde a porta de entrada do sistema e não somente no consultório do especialista.

CAPS - Centros de Atenção Psicossocial II constituem-se em unidades de atendimento intensivo e diário aos portadores de sofrimento psíquico grave e objetivam fugir dos modelos tradicionais de tratamento de pessoas com debilidades do sistema nervoso e permitem que os usuários permaneçam junto às suas famílias e comunidades.

1 APRESENTAÇÃO

2. DIAGNÓSTICO TERRITORIAL

2.1 - CONTEXTO HISTÓRICO

2.2 - CONTEXTO GEOGRÁFICO

2.2.1 - Localização e Situação Geográfica

O Território do Vale do Rio Guaribas está localizado no sudeste do Estado, entre 06°49'00" e 08°34'46" de latitude sul e 40°34'45" e 41°42'14", tendo São João da Canabrava ao norte, Queimada Nova ao sul, Pio IX no extremo leste e Paquetá a oeste.

Guaribas está situado na macrorregião do Semi Árido é constituído por 39 municípios, agrupados em quatro aglomerados AG 12, AG13, AG14 E AG15.

O principal acesso ao Território se dá pela BR 316 sendo Dom Expedito Lopes o município mais próximo da capital, com cerca de 303 quilômetros e o mais distante Queimada Nova, com 583.

2.2.2 Características demográficas

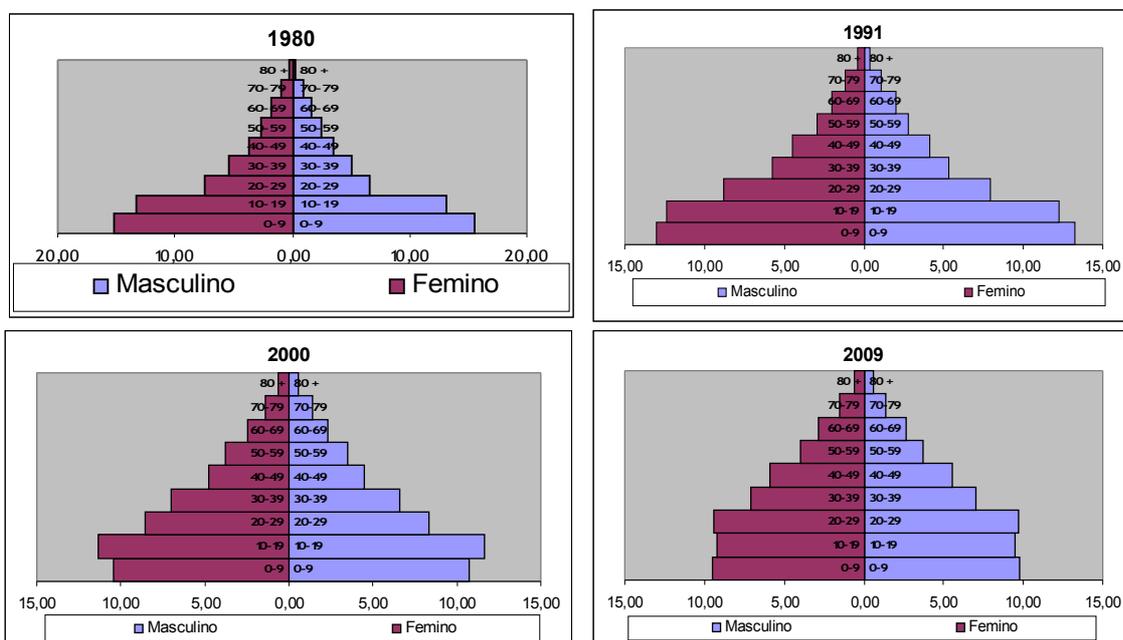
A contagem da população de 2.009, realizada pelo IBGE, aponta que a população residente é de 345.144 habitantes, sendo 172.273 masculina - 49,91% e 172.871 a feminina, 50,09%. O Município de maior população é Picos com 73.021 habitantes, 21,16% do total do Território e o de menor Francisco Macedo com 2.315 habitantes, 0,67%. Ver Anexo 1 - População residente e densidade demográfica de todos os municípios do Território.

A área total do Território é de 22.727,04 Km² que representa aproximadamente 9,03% do Estado e é habitado por 10,97% da população do Estado, apresentando densidade populacional média de 17 habitantes por

quilômetro quadrado, com concentração urbana nas sedes municipais, como apontam os números: urbana – 66,80% e rural - 33,20%.

A população do Guaribas ao longo das décadas passou por mudanças consideráveis, o que pode ser observado na seqüência histórica apresentada. Nos anos 80 a pirâmide populacional tinha ápice estreito e base larga, em 2009 toda pirâmide foi achatada. Isto implica dizer que a taxa de natalidade diminuiu e que nos últimos anos a população está envelhecendo,

PIRÂMIDE POPULACIONAL DO TERRITÓRIO VALE DO RIO GUARIBAS. 1980, 1991, 2000 e 2009



COMUNIDADES QUILOMBOLAS

3.3 CONTEXTO SOCIOCULTURAL

3.3.1 Saúde e Saneamento Ambiental

Saúde

A saúde no Brasil vem sofrendo grandes mudanças no decorrer dos últimos anos, isso se verifica mais precisamente após a implantação do Sistema Único de Saúde - SUS que promoveu com suas estratégias e na forma de organizar e fazer saúde. O processo de descentralização, através da sua regionalização e pactuação via câmara intergestora tripartite (governos federal, estadual e municipal) e bipartite (estado e município) impulsionou a democratização do sistema, materializada por meio da ampliação dos mecanismos de participação social nos processos decisórios, resultando assim, com o aumento da cobertura da atenção básica, bem como de serviços mais complexos, dando surgimento aos municípios de referência da saúde.

Segundo o Ministério da Saúde, a Atenção Básica, porta de entrada do Sistema Único de Saúde - SUS objetiva a emancipação do sujeito, sua singularidade, complexidade, equidade, integralidade e a inserção sócio-cultural. Busca também a promoção da saúde, a prevenção e tratamento dos agravos e a redução de danos ou de sofrimentos que possam comprometer as possibilidades de viver de modo saudável.

A Saúde da Família, estratégia da Atenção Básica, tornou-se parte definitiva no SUS. Tem como função, dentre outras, atuar no Território adstrito, realizando: cadastramento dos domicílios, diagnóstico situacional, ações dirigidas aos problemas e agravos de saúde de maneira pactuada com a comunidade onde atua. É também estratégia buscar o cuidado do indivíduo, da família e da comunidade, mantendo sempre postura pró-ativa frente aos problemas de saúde/doença.

A Atenção Básica trabalha, através da ESF, os seguintes programas: Saúde da Criança e do Adolescente, Saúde da Mulher, Controle do Diabetes, Controle da Hipertensão, Eliminação da Hanseníase, Controle da Tuberculose, Saúde Bucal, Eliminação da Desnutrição Infantil, Saúde do Idoso e Promoção

da Saúde (segmentos LGBT, Quilombola, Indígena, Carcerário, Ribeirinho, Cigano, Comunidade de Terreiro, população rural e de BR, dentre outros)

A ESF é composta por uma equipe multiprofissional - médico(a), enfermeiro(a), dentista, auxiliar ou técnico de enfermagem, técnico de higiene dental e agente comunitário de saúde. Os recursos financeiros advêm do Ministério da Saúde, via Programa de Atenção Básica – PAB (Fixo e Variável) para a manutenção das equipes definidas para cada município, sendo que o município deve entrar com contrapartida para complementação salarial dos profissionais de nível superior.

O controle social é parte importante do processo, pois possibilita a participação popular via representação legal nos conselhos municipais. Este é um espaço onde a sociedade civil pode intervir na aplicação dos recursos financeiros e das políticas, em todo o processo desde sua elaboração, execução, monitoramento até a avaliação, usando instrumentos e processos democráticos.

Os municípios do Território do Vale do Guaribas contam com conselhos de saúde, no entanto são frágeis, seus conselheiros apresentam limitações e resistência para participar dos momentos de capacitação, a interferência política é grande e o poder de elaborar, fiscalizar e monitorar é mínimo. Estes conselhos são formados por representantes de entidades representativa da população como se apresenta a seguir:

- 50% de entidades de usuários;
- 25% de entidades dos trabalhadores de saúde;
- 25% de representação de governo, de prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

O Ministério da Saúde prevê para o funcionamento da Estratégia de Saúde da Família, no Território, o teto é de 142 equipes, estão credenciadas 136 e implantadas 132 equipes. Considerando o número populacional de 330.888 pessoas, cabe para cada equipe cerca de 2.507 usuários, perfazendo assim 501 famílias. Tal fato credencia o Território como amplamente atendido por essa estratégia.

No entanto, a situação revelada, é que existe constantemente o deslocamento dos usuários, até os de atenção básica, para outras referências, especialmente Picos ou Teresina. Fato como este, persisti porque há o

descumprimento da carga horária das equipes de saúde da família, em especial pelos médicos, e tem causado o estrangulamento dos serviços e subtração dos recursos financeiros, o que poderia ser evitado através do cumprimento das metas dos planos municipais de saúde, especialmente pela prestação, monitoramento e avaliação dos serviços prestados.

Quanto à infraestrutura para deslocamento dos pacientes, vale registrar que todos os municípios do Território possuem ambulância e que o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU está presente em Picos, Simões e Paulistana.

No que concerne aos agentes comunitários de saúde, o Território possui cerca de 747 implantados, cabendo para cada agente cerca de 88,6 famílias. É importante salientar que esse montante está dentro da média prevista pelo MS. No entanto, vale ressaltar que 2,6% da população não está sendo assistida por esta estratégia.

Quadro 1 - Teto, credenciamento, implantação de Agente Comunitário de Saúde

Município	População	Teto	Credenciados/MS	Implantados	Proporção da cobertura populacional
Total	330.888	800	780	747	97,37

Fonte: MS/SAS/DAB, março/2010

A Saúde Bucal, incorporada à Estratégia de Saúde da Família, trabalha com duas modalidades I e II, sendo que a I é composta por um cirurgião dentista e um auxiliar de consultório dentário, enquanto a Modalidade II tem sua equipe formada por um cirurgião dentista, uma auxiliar de consultório dentário e um técnico em higiene dental. Além dos atendimentos aos usuários serem somente da modalidade I, os dados disponíveis dão conta somente do credenciamento e implantação, não disponibilizando as estatísticas voltadas ao atendimento. Uma outra situação encontrada é que o número de equipes credenciadas é diferente das implantadas.

O quadro a seguir aponta a situação da saúde bucal do Território. A média está condizente com o que preconiza o Ministério da Saúde com relação a esse serviço. Ressalta-se a ausência da Modalidade II, que não está

	36	3	13	12	57	154	934
--	-----------	----------	-----------	-----------	-----------	------------	------------

Fonte: Ministério da Saúde – Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde no Brasil – CNES.

Embora o quadro demonstre a existência de um número expressivo de estabelecimentos de saúde, há, na grande maioria dos municípios, a ausência da estrutura física adequada e de equipamentos que proporcionem aos profissionais em saúde melhores condições de atendimento que lhe confirmam maior resolutividade nas intervenções.

A capacidade de serviços de internação do Território por especialidade médica, perfaz um total de 750 leitos e tendo o serviço com maior número de leitos, a clínica médica, seguida pela clínica pediátrica e por último a clínica obstétrica, como apresentado no quadro abaixo.

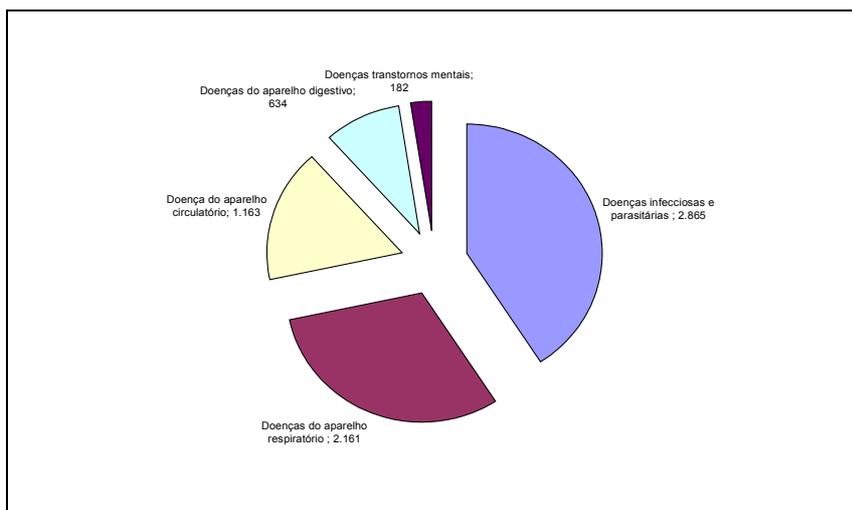
Leitos Existentes por especialidade

Descrição	SUS
Cirúrgico	178
Clinica médica	291
Complementar	22
Obstetrícia	227
Pediatria	254
Total	750

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES (Agosto/2009)

As principais causas de internações estão relacionadas, em primeiro lugar aos agravos relacionados às doenças infecciosas e parasitárias com um número significativo de 2.865 casos com internações, isto corresponde a 41% dos casos registrados em 2009. Em seguida vêm os agravos do aparelho respiratório com 2.161 internações e em terceiro lugar as doenças circulatórias com 1.163 casos notificados, como mostra o gráfico seguinte.

Gráfico XX – Perfil epidemiológico e principais causas de internações



Fonte: Datasus Jan-Mai/2009

O gráfico acima descreve a situação relacionada às internações por transtornos mentais com número revelador, em relatos apresentados vários casos são encaminhados para a cidade do Crato no Ceará, embora o Território conte com Centros de Apoio Psicossocial-CAPS, nos municípios de Picos, Paulistana e Pio IX, com função social de grande relevância. Esta situação é agravada, pois, sabe-se da existência de casos que não são notificados e encaminhados, por conseguinte não são tratados.

Quanto às doenças infecciosas há destaque para a dengue, considerada um dos principais problemas de saúde pública no mundo, em especial, os países em desenvolvimento. As condições socioambientais do clima tropical são favoráveis à expansão do *Aedes aegypti*, possibilitando a rápida disseminação da doença, além das socioculturais que são mais drásticas, pois com a consciência criada a doença é controlável. O quadro a seguir demonstra a incidência de dengue por 10.000 habitantes, por município do Território Vale do Rio Guaribas.

Quadro ____ INCIDÊNCIA DE DENGUE POR MUNICÍPIO

Município	Incidência por 10.000 habitantes
Alagoinha do Piauí	3,42
Alegrete do Piauí	14,28
Betânia do Piauí	15,83
Fronteiras	1,89
Geminiano	1,91
Jacobina do Piauí	1,75
Jaicós	10,87
Marcolândia	24,47
Patos do Piauí	59,95

Paulistana	8,86
Picos	15,15
Pio IX	17,83
Santana do Piauí	1,98
São João da Canabrava	2,45
Simões	16,75
Sussuapara	1,73

FONTE: SESAPI/DUVAS (Data da atualização: ago/2008).
Dados dos outros municípios não estão disponíveis no Sistema

De acordo com o Ministério da Saúde, é considerada baixa a incidência de dengue inferior a 10 casos para cada 10.000 habitantes, a incidência de 10 a 29 casos é considerada média e igual ou superior a 30 casos, a incidência é considerada alta. No Território Vale do Rio Guaribas, dos 16 municípios cujos dados referentes à incidência de dengue encontram-se disponíveis, 8 municípios apresentam baixa incidência da doença, variando de 1,73 a 8,86 casos por 10.000 habitantes. Sete municípios apresentam incidência média de dengue, variando de 10,87 a 24,47 casos por 10.000 habitantes, e o município de Patos do Piauí apresenta a alta incidência do Território, com 59,95 casos por 10.000 habitantes.

Tal conjuntura é preocupante, especialmente porque sabe-se que dois fatores promovem a situação descrita. De acordo com relato de munícipes, em oficina realizada no Território em agosto/2009, há probabilidade de alta incidência da doença, considerando a não notificação e/ou sub-notificação dos casos, a auto medicação, a resistência para a não consulta e a longa espera pelo resultado do exame. Outro fator que concorre para a situação descrita é que, embora a população tenha conhecimento sobre os cuidados necessário para o combate do mosquito, ainda assim, a doença continua em franco crescimento, denotando que a informação ainda não foi massificada ou interiorizada.

No Território foi diagnosticado um índice considerável de falcêmicos, portadores de doença falciforme que se constitui em manifestação de anemia causada pelo déficit de hemácias. É importante afirmar que esse agravo é para ser tratado na atenção básica - município. Tal manifestação se faz presente no Território devido a incidência populacional de remanescente afro, etnia com maior suscetibilidade à doença.

Foi observada a atuação do Serviço de Atendimento à Mulher Vítima de Violência Sexual – SAMVIS e a implantação do Centro Integrado Ensino/Serviço e Comunidade – CIEC, cuja função é fomentar a política de formação/educação dos trabalhadores de saúde, a implementação da gestão compartilhada, a informação/ comunicação e o controle social.

O Território, embora conte com a rede de serviços de saúde em franco crescimento, mesmo assim ainda tem números de óbitos representativos. Dentre as causas mais freqüentes para tais eventos podem ser citadas as advindas dos acidentes vasculares cerebrais – AVC, as doenças crônicas degenerativa, como diabetes e hipertensão, as pulmonares crônicas e as cardiovasculares.

É importante salientar que uma das mais freqüentes *causas mortis* no Território são as doenças não transmissíveis – DANT's, ou seja, as ocasionadas por acidentes de trânsito, em especial as motocicletas, seguido de veículos de passeio e de carga. A seguir estão os números relacionados à mortalidade geral do Território, que tem como município de maior expressão, Bocaina com 36 óbitos, no ano de 2007, de uma população de 4.155 pessoas, seguido de Sussuapara cujo número de óbitos corresponde a 39 de uma população de 5.696 habitantes.

Quadro XX - Mortalidade do Território segundo Município - 2007

Município	Óbitos	População Total	Proporção óbitos/população total
Acauã	28	6.437	0,43
Alagoinha do Piauí	33	7.662	0,43
Alegrete do Piauí	23	4.610	0,49
Aroeiras do Itaim	14	2.731	0,51
Belém do Piauí	17	2.869	0,59
Betânia do Piauí	26	6.379	0,40
Bocaina	36	4.155	0,86
Caldeirão Grande do Piauí	25	5.784	0,43
Campo Grande do Piauí	18	5.808	0,30
Caridade do Piauí	16	4.715	0,33
Curral Novo do Piauí	14	5.040	0,27
Dom Expedito Lopes	41	6.721	0,61
Francisco Macedo	12	2.319	0,52
Francisco Santos	35	8.533	0,41
Fronteiras	41	11.373	0,36
Geminiano	22	5.406	0,40

Itainópolis	64	11.403	0,56
Jacobina do Piauí	31	5.774	0,53
Jaicós	74	17.310	0,43
Marcolândia	31	7.361	0,42
Massapé do Piauí	33	6.613	0,49
Monsenhor Hipólito	44	7.369	0,59
Padre Marcos	39	7.551	0,52
Patos do Piauí	29	6.349	0,46
Paquetá	17	4.662	0,36
Paulistana	107	20.416	0,52
Picos	359	72.477	0,49
Pio IX	90	17.615	0,51
Queimada Nova	36	9.642	0,37
Santana do Piauí	28	4.980	0,56
Santo Antônio de Lisboa	32	5.895	0,54
São João da Canabrava	29	4.489	0,64
São José do Piauí	34	7004	0,48
São Julião	25	6.078	0,41
São Luís do Piauí	13	2.670	0,48
Simões	44	14.128	0,31
Sussuapara	39	5.696	0,68
Vera Mendes	15	3.187	0,47
Vila Nova do Piauí	23	3.117	0,74
Total do Território	1.637	324.328	0,50

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade e IBGE-2007

Guaribas apresenta índices consideráveis de mortalidade infantil, denotando a fragilidade da estruturação dos serviços de saúde e o descompromisso da Estratégia de Saúde de Família que não consegue sensibilizar as mães sobre a importância do pré-natal e dos cuidados com o pós parto. Segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS, o índice considerado aceitável da mortalidade infantil, em crianças de menos de um ano, é de 10 óbitos para cada mil nascidos vivos.

O quadro a seguir descreve a situação da mortalidade infantil comparada aos nascidos vivos. Os resultados são proporcionais e considerados, para alguns municípios, altos. O município de maior proporção de óbitos é Jacobina do Piauí, com 5,26 óbitos para 95 nascidos vivos, seguido de Aroeira do Itaim, com 3,84 óbitos para 26 nascidos vivos. Os dados referentes aos municípios encontram-se no anexo XXX.

Quadro ____ Óbitos Infantis e Nascidos Vivos por Município - 2007

Município	Óbitos Infantis	Nascidos Vivos	Proporcionalidade de Óbitos Infantis/ Nascidos Vivos
Total do Território	113	5.918	1,90

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – 2007

Saneamento Ambiental

Um dos fatores que contribuem para as elevadas incidências de doenças infecciosas e parasitárias é a questão do saneamento ambiental, que inclui as políticas de abastecimento de água, rede de esgoto e resíduos sólidos. Alguns dos municípios, cerca de 21, possuem, nas sedes, água potável em 94,22% dos domicílios. Já com relação à rede de esgoto, o Sistema Nacional de Informação Sobre o Saneamento, afirma que somente 20% da população de Picos são assistidas. Desta forma o esgoto corre pelas ruas a céu aberto. Outra constatação é a deposição dos dejetos em local inadequado, causando a contaminação dos rios, barragens e por último o lençol freático.

O serviço de abastecimento será ampliado no Território, pois estão sendo construídas quatro adutoras que farão à distribuição da água acumulada nos grandes reservatórios das Barragens de Poço Maruá, Bocaina, Piaus e Estreito. Abaixo apresentamos a relação de municípios que serão beneficiados.

Barragem	Municípios Beneficiados
Poço Maruá	Simões, Curral Novo, Caridade, Jacobina e Patos.
Bocaina	Bocaina, Sussuapara
Piaus	São Julião, Fronteiras, Vila Nova, Alagoinha e Campo Grande do Piauí
Estreito	

O lixo é um problema não só do Território, mas de todo mundo, o alto consumo aliado à falta de consciência ambiental tem gerado toneladas de lixo a cada ano. No Território há coleta de lixo em todos os municípios, no entanto as condições para fazê-la, a frequência e seu destino são inapropriados. O lixo coletado é jogado em locais inapropriados e a céu aberto, gerando problemas à saúde e poluindo o ambiente.

3.2 Educação

Com a finalidade não só de instrumentalizar pessoas para o mercado de trabalho, mas também de formar cidadãos capazes de agir em prol da melhoria de seu meio social, a educação ocupa hoje uma posição central nas preocupações da sociedade. Em cumprimento ao que prevê a Lei Magna Brasileira a educação básica constituída pelos ensinos fundamental e médio devem ser disponibilizados pelo Estado para todas as classes, independente de seus credos, etnias e situação social.

No Território de Desenvolvimento Vale do Guaribas a educação é constituída pelas redes municipal, estadual, federal e privada. No ano de 2008 foram efetuadas cerca de 64.056 matrículas, na modalidade Fundamental II, sendo: 53.408 na rede publica municipal; 10.246 na estadual e 402 matrículas na rede privada de ensino. Enquanto que no Fundamental I foram feitas 9.885 matrículas, sendo: 8.560 na rede municipal e 1.325 na rede privada.

Quadro __ – Número de Matrículas por Município - 2008

MUNICÍPIO	Ensino pré-escolar	Ensino fundamental	Ensino médio	Ensino superior*
Acauã	131	1.278	291	-
Alagoinha do Piauí	140	1.308	257	-
Alegrete do Piauí	198	1.005	219	-
Belém do Piauí	137	631	182	-
Betânia do Piauí	49	1.761	229	-
Bocaina	90	780	216	-
Caldeirão Grande do Piauí	68	1.115	251	-
Campo Grande do Piauí	162	1.222	275	-

MUNICÍPIO	Ensino pré-escolar	Ensino fundamental	Ensino médio	Ensino superior*
Caridade do Piauí	172	1.105	244	-
Curral Novo do Piauí	318	1.267	222	-
Francisco Macedo	93	546	116	-
Francisco Santos	103	1.629	274	-
Fronteiras	512	1.787	472	-
Geminiano	235	1.135	292	-
Itainópolis	235	2.813	582	-
Jacobina do Piauí	129	1.804	220	-
Jaicós	381	3.796	722	211
Marcolândia	506	2.195	366	-
Massapé do Piauí	254	1.407	290	-
Padre Marcos	292	1.427	341	-
Patos do Piauí	45	1.129	240	-
Paulistana	830	4.512	1.011	232
Picos	1.994	14.195	5.366	2.881
Pio IX	272	3.874	882	-
Queimada Nova	118	2.099	443	-
Santana do Piauí	136	817	130	-
Santo Antônio de Lisboa	261	963	261	-
São João da Canabrava	114	939	255	-
São José do Piauí	157	1.374	299	-
São Luís do Piauí	74	561	84	-

MUNICÍPIO	Ensino pré-escolar	Ensino fundamental	Ensino médio	Ensino superior*
Simões	378	3.205	491	-
Sussuapara	163	918	298	-
Vera Mendes	90	1.103	128	-
Vila Nova do Piauí	69	587	145	-
Total	8.906	66.287	16.094	3.324

Fonte: **IBGE**, 2008

* Os dados referentes à educação superior disponíveis no IBGE referem-se ao ano de 2007.

Nota: Não há dados disponíveis no IBGE acerca de matrículas no município Aroeiras do Itaim.

Uma análise do quadro referente ao número de matrículas nos permite fazer algumas observações:

- A preocupação com ensino infantil é mínimo, tomando como referência que no Território temos XXX crianças na idade do ensino e somente XX são assistidos;
- Ocorre reduções constantes do número de matriculados a partir do ensino fundamental, no ensino fundamental tem-se 66.287 matriculados, passa 16.094 no ensino médio e 3.324 matrículas no ensino superior. Isto mostra o quanto é grande o desafio de fazer uma educação inclusiva;

Um outro problema apresentado no Território está relacionado à evasão escolar. Embora tenha sido expressivo o número de matriculados em 2008, as taxas de abandono ainda se constituem em sério problema, onde a menor taxa, proporcionalmente, mensurada está no município de Queimada Nova, com um percentual de 4,6%, seguido de Caldeirão Grande do Piauí com 8,3% da população escolar. Enquanto que as maiores taxas estão em São Julião, com 25,8%, Marcolândia com 20,7% e Paulistana com 20,2%. Isso se deve a ausência de políticas públicas eficazes com estratégias capazes de manter o educando na escola. Como afirma o diagnóstico da Coordenadoria de Convivência Permanente com o Semiárido, *são diversos os problemas*

enfrentados por essa população, dentre os quais estão a desnutrição, a evasão escolar e os altos índices de analfabetismo.

Tão importante quanto o acesso à escola é a qualidade do ensino. Na tentativa de mensurar a qualidade da educação pública, o Ministério da Educação elaborou em 2003 um indicador de desempenho educacional, o Índice de Desenvolvimento da Educação – IDEB, que é calculado a partir de informações sobre o fluxo escolar (promoção, repetência e evasão), combinado com informações de desempenho em exames nacionais padronizados e realizados com uma amostra de alunos de cada escola.

No Território, o município de Fronteiras apresenta o maior IDEB em séries iniciais, com índice 4,2 e Vila Nova possui o maior índice em séries finais, com 4,7. Nas séries iniciais, Jacobina do Piauí e Queimada Nova apresentam a situação mais preocupante, com índices de 2,2 e nas séries finais, está Vera Mendes, com 1,6. O quadro abaixo apresenta os Índices dos municípios do Território.

Quadro __ – Ideb do Território - 2007

MUNICÍPIO	IDEB 2007	
	Séries iniciais (1ª até 4ª série)	Séries finais (5ª até 8ª série)
Acauã	3,1	3,4
Alagoinha do Piauí	3,3	3,4
Alegrete do Piauí	3,7	3,4
Aroeiras do Itaim	3,2	2,3
Belém do Piauí	3,3	2,7
Betânia do Piauí	2,9	2,8
Bocaina	3,3	4,0
Caldeirão Grande do Piauí	4,1	3,0

MUNICÍPIO	IDEB 2007	
	Séries iniciais (1ª até 4ª série)	Séries finais (5ª até 8ª série)
Campo Grande do Piauí	3,7	3,6
Caridade do Piauí	2,7	2,6
Curral Novo do Piauí	2,9	2,4
Francisco Macedo	3,2	3,2
Francisco Santos	3,8	3,3
Fronteiras	4,2	4,2
Geminiano	2,6	2,9
Itainópolis	3,1	2,4
Jacobina do Piauí	2,2	2,1
Jaicós	2,9	2,8
Marcolândia	3,0	2,7
Massapé do Piauí	2,7	2,4
Monsenhor Hipólito	3,4	4,3
Padre Marcos	4,0	2,8
Patos do Piauí	3,1	2,5
Paulistana	2,7	2,6
Picos	3,3	3,4
Pio IX	3,7	3,7
Queimada Nova	2,2	2,5
Santana do Piauí	3,9	3,5
Santo Antônio de Lisboa	3,0	3,7

MUNICÍPIO	IDEB 2007	
	Séries iniciais (1ª até 4ª série)	Séries finais (5ª até 8ª série)
São João da Canabrava	3,3	4,4
São José do Piauí	3,1	3,7
São Julião	3,3	3,0
São Luís do Piauí	*	3,2
Simões	3,7	3,3
Sussuapara	3,1	2,8
Vera Mendes	2,7	1,6
Vila Nova do Piauí	4,0	4,7

Fonte: Censo Escolar/Inep e IBGE/INEP

Considerando que o objetivo do governo federal é que, a partir do alcance de metas municipais e estaduais, o país tenha nota 6 em 2022 - índice correspondente à qualidade do ensino em países desenvolvidos – se faz necessário o uso de estratégias para não só manter o educando na escola, mas oferecer um ensino de qualidade e condizente a sua realidade.

O ensino de certa forma tem sido questionado por não considerar a realidade local, suas particularidades, cultura, condições climáticas, pois isto tem provocado sérios problemas como a afastamento dos jovens do campo e o aumento da evasão escolar. Tal situação é mais exigente em termos de conteúdo, forma de repasse das informações e os horários utilizados.

Quanto à infraestrutura física das escolas, são necessárias adequações para as necessidades dos educandos, pois os prédios são, ainda, construídos sem considerar as condições climáticas.

Quanto ao acesso a equipamentos, recursos pedagógicos, áreas de esporte e lazer entre outros voltados para a melhoria do ensino na escola, dos 1.031 estabelecimentos de ensino público infantil, fundamental e médio, no Território, cerca de 51 estabelecimentos possuem quadras de esporte, 87 dispõem de laboratórios de informática, 10 contam com laboratórios de ciências e 81 têm bibliotecas distribuídas entre a rede pública municipal e estadual. Os dados demonstram a ausência de espaços de aprendizagem, equipamentos auxiliares de ensino-aprendizagem (televisores, vídeos, entre outros), material didático e infra-estrutura adequada nas escolas.

Outro fator que nos chama atenção vai para além da capacitação continuada dos professores é a necessidade de qualificação dos educadores para uma educação inclusiva, que leve em consideração as pessoas portadoras de deficiência. Torna-se necessário também fazer a adaptação da estrutura física das escolas.

Foram também detectados problemas relacionados ao baixo rendimento escolar gerando a evasão escolar, repetência, exclusão e distorção série/idade como demonstra a tabela abaixo.

TAXAS DISTORÇÃO IDADE/SÉRIE

	AG 12	AG13	AG 14	AG 15	Território
Menor/ maior	38,6	35,7	49,7	36,4	38,6
	59,4	61,4	65,8	59,8	65,8

Fonte: Inep/MEC - 2006

O ensino médio é ofertado em todos os municípios do Território. Alguns municípios ainda assumem essa tarefa que, segundo o Ministério da Educação, é de responsabilidade do Estado. Foram efetivadas, em 2008, 17.035 matrículas, sendo 15.895 sob a gestão da Secretaria Estadual de Educação; 243 matrículas rede municipal e 898 na rede privada.

A educação especial está disponibilizada nas escolas do ensino fundamental de quinze municípios do Território, conforme demonstra o quadro a seguir:

Ensino Especial	
Município	Escola
Acauã	U.E Duque de Caxias
Bocaina	U.E. Estela Nunes
Belém do Piauí	Centro E. Sebastião de Sousa
Dom Expedito Lopes	U.E. Frutuoso Alves do Vale
Francisco Santos	U.E. Leda Santos
Fronteiras	E. Isol. Eng. João Martins Rego
Jaicós	U.E. Anísio de Abreu
Picos	U.E Landri Sales
Pio IX	Profª Balduino B. de Deus
Paulistana	Paulista
São Julião	Alice Rocha
Sussuapara	Helvidio Nunes
Simões	U.E. José Bento de Carvalho Filho
Queimada Nova	Tomaz Francisco de Sousa

Fonte: Censo Escolar 2008

O Guaribas apesar de contar com várias escolas de ensino fundamental, médio e universitário, apresenta elevada taxa de analfabetismo entre jovens e adultos. Os municípios com maiores taxas de analfabetismo² são Vera Mendes com 54,68% da população, Betânia do Piauí com 48,87% ,

Belém do Piauí 48,81% e Caldeirão Grande do Piauí com 48,52%. O quadro é bastante preocupante, mas é importante ressaltar que os dados são referentes ao censo demográfico de 2000 e já se obteve alguns ganhos no decorrer desse tempo.

Vários programas foram implementados e certamente contribuíram para mudanças na realidade do Território. O Programa Brasil Alfabetizado, por exemplo, atende atualmente todos os municípios do Território. O mesmo vem sendo executado pelas Secretarias Municipais de Educação ou pela Secretaria Estadual de Educação e Cultura.

Uma avaliação apresentada é que os programas de alfabetização não surtem os efeitos esperados, porque são executados sem monitoramento e avaliação, o que resulta num baixo impacto para a erradicação do analfabetismo.

Educação Profissional

Teve início, em 2008, a implantação do Programa Projovem Saberes da Terra voltado para a qualificação profissional e escolarização para os jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental. O programa visa ampliar o acesso, com qualidade, à educação dessa população, respeitando suas características, necessidades e pluralidade de gênero, étnico-racial, cultural, geracional, política, econômica, territorial e produtiva. Os agricultores participantes recebem uma bolsa de R\$ 100,00 mensalmente e têm de cumprir 75% da frequência. A gestão do Programa é de responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação.

O IFPI oferece em Picos 90 vagas para o curso de Operações Administrativas, através do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA e a Secretaria Estadual de Educação oferece vários cursos profissionalizantes.

O ensino profissionalizante pode ser acessado em três Escolas técnicas que oferecem os seguintes cursos:

Município	Nome da Escola	Cursos Ofertados
Fronteiras	Unidade Escolar Engenheiro João Martins do Rego	Comércio, contabilidade, auxiliar e técnico de enfermagem e técnico de agente comunitário de saúde.
Paulistana	Unidade Escolar Lucinete Santana da Silva	Agente comunitário de saúde, contabilidade, análises clínicas e de auxiliar e técnico de enfermagem.
Picos	Escola Técnica Estadual Petrônio Portela	Enfermagem, informática, comércio, manutenção e suporte em informática, agente comunitário de saúde, análises clínicas e contabilidade.

Educação Superior

Quanto ao ensino superior este Território possui duas universidades públicas e um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI. O campus da Universidade Federal do Piauí, localizado no município de Picos oferece os cursos de Administração, Ciências Biológicas, Enfermagem, História, Letras, Matemática, Nutrição, Pedagogia e Sistemas de Informação.

A Universidade Estadual do Piauí possui três campus no Território, sendo estes nos municípios de Picos, Fronteiras e Paulistanas, onde são oferecidos 20 cursos de graduação: Administração de Empresas, Agronomia, Direito, Educação Física, Pedagogia, Ciências Contábeis, Letras/Português, Ciências Biológicas, Licenciatura Plena em Computação, Comunicação Social – Habilitação em Relações Públicas, Jornalismo, Enfermagem, Física, Química, Matemática, Normal Superior, Geografia e Magistério.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI oferece os cursos de Licenciatura Plena em Física e Química. E no processo de expansão da rede de ensino superior, o município de Paulistana está sendo contemplado por um IFPI.

O Ministério da educação elaborou um Plano Nacional de Educação, cujas metas são, até o final da década, pelo menos 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos possuam formação superior. Como parte da estratégia para atingir essa meta, a Universidade Aberta do Brasil articula e integra uma rede de pólos que apóiam cursos à distância, nos quais o estudante não precisa residir na cidade, onde está instalada a sede da instituição consorciada, fato que permitirá a interiorização do ensino superior.

No Piauí, a Universidade Aberta funciona em forma de convênio entre as Universidades Federal e a Estadual do Piauí, além do Instituto Federal do Piauí. No Território, essa instituição atua em três pólos, localizados nos municípios de Alegrete do Piauí, com os cursos Administração, Matemática e Pedagogia; Simões, Administração, Licenciatura em Biologia e Bacharelado em Sistemas de Informação e em Picos, o curso de Administração.

O Território conta ainda com duas faculdades privadas. O Instituto de Educação Superior Raimundo Sá - Faculdade R. Sá - instalada no município de Picos, com os cursos de graduação em administração, ciências contábeis, comunicação social, ciência da computação, direito, fisioterapia, pedagogia e serviço social, além de cursos de especialização e mestrado. E a Faculdade Evangélica Cristo Rei, em Jaicós, com os cursos de Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, História, Letras e Pedagogia.

Quanto à qualidade dos serviços prestados por estas Universidades, a população quando consultada manifestou preocupação, pois, parte da contratação de professores é feita sem concurso público, a maioria dos professores são recém formados e registram também a ausência de programas de qualificação/formação continuada para docentes.

O Estado do Piauí e o Guaribas são eminentemente rurais, as atividades econômicas são necessariamente desenvolvidas no campo e demandam profissionais que atuem nestas áreas. Uma breve avaliação sobre a rede de ensino profissional do Território pode-se perceber que ela não reflete fielmente as necessidades do Território, pois este tem carência de profissionais voltados para prestar serviços de assistência técnica e extensão rural.

3.3 Situação da cultura, esporte e lazer

O Piauí é rico em manifestações culturais que por muitos ainda são desconhecidas. São várias as danças, folguedos, histórias e lendas que recheiam o imaginário piauiense. Infelizmente muitas das manifestações acabam perdendo força e com passar do tempo são esquecidas.

O Território Vale do Rio Guaribas é marcado por manifestações culturais e religiosas com destaque para festas dos padroeiros em cada município, vaquejadas, Feiras Agropecuárias, festas de emancipação dos municípios, cajufeste e mel em Picos, a festa do caju, em Santo Antônio de Lisboa, fazem parte do calendário cultural do Território. Tais manifestações mobilizam a população local e do entorno, proporcionando o encontro e reencontro dos familiares e amigos. Nesse período muitos migrantes aproveitam para retornar a seus municípios de origem, com isso fortalecem os laços familiares e a economia local.

O Território conta com expressivo número de comunidades quilombolas, que tradicionalmente possuem manifestações culturais remanescentes da África, antes esquecidas, e agora revitalizadas. Tais manifestações fazem parte do calendário oficial do Território e são destaques: a dança de São Gonçalo, Reisado, Tambor de Crioula, Capoeira entre outras.

No tocante à conservação do patrimônio cultural de uma sociedade, uma importante ação é o tombamento de bens considerados de valores históricos de um povo. O tombamento representa o reconhecimento da função social de um bem e institui sobre ele um regime especial de proteção. Existem no Território dois bens tombados, a Igreja Nossa Senhora das Mercês, em Jaicós e a Casa Padre Marcos, no município de mesmo nome.

Parte importante do patrimônio material do Território, o Museu Ozildo Albano, em Picos, necessita de medidas de conservação e ampliação, visto que seu espaço físico é pequeno para o acervo que abriga.

Os pontos de cultura merecem destaque como políticas de incentivo às artes, foram instalados, sob a égide do Ministério da Cultura, com o objetivo de incentivar, resgatar e valorizar as iniciativas voltadas para a cultura existente. De acordo com a Fundação de Cultura do Piauí – FUNDAC, atualmente, o Território possui somente um ponto de cultura, localizado em Picos, e sob responsabilidade da Organização Cor Negra. Entretanto já foram selecionados e encontra-se em processo de convênio mais 15 pontos de cultura para os municípios de: Santo Antônio de Lisboa, Itainópolis, Alegrete do Piauí, Queimada Nova, Francisco Santos, Pio IX, São Julião, Campo Grande do Piauí, Alagoinha do Piauí, Fronteiras do Piauí, Vila Nova do Piauí, Francisco Macedo, Jaicós, Simões e Paulistana.

Quanto ao esporte e lazer os espaços disponibilizados no Território ainda são limitados, gerando poucas oportunidades de acesso às atividades integradoras desportivas. Foram identificados apenas seis estádios de futebol, quatro ginásios poliesportivos e oito quadras de esporte.

Vale ressaltar que as estruturas existentes nas escolas são pouco aproveitadas para a prática de esportes, desta forma o benefício a partir da integração esporte-escola ainda não foi atingido. Outro fato é que tais estruturas deveriam ser instrumentos para a integração escola - comunidade.

A respeito da deficiência nas ações de incentivo à prática de esportes, inclusive nas escolas, é apontado com causa a necessidade de contratação de profissionais de educação física.

Vale ressaltar as dificuldades encontradas para descrever a cultura, o esporte e o lazer, não só no Território Vale do Rio Guaribas, mas em todo o estado do Piauí, por conta da escassez de dados, o que dificulta a elaboração de planos de ação para essa área. Faz-se necessário um levantamento de

dados sobre as expressões culturais existentes, para com isso definir as ações prioritárias e dar suporte à riqueza cultural do Território.

3.4 Comunicação

O Território possui sinal de televisão com informações de Teresina, em todos os municípios, no entanto este serviço não é de qualidade. Dados da ANATEL informam que quanto a telefonia fixa, o Vale do Guaribas possui 48.720 ligações o que corresponde 7,2% de todas do Estado. Quanto à telefonia móvel está foi universalizada, pelo menos nas sedes municipais.

Em Picos está instalada uma emissora de TV chamada Web Comunicação Ltda com programação local. Há ainda jornal informático semanal e provedores de internet que alcançam todo o Território.

Outros meios de comunicação existentes são emissoras de rádiofusão reconhecidas pela Anatel. As rádios comunitárias são 13 localizadas em Alagoinha do Piauí, Bocaina, Dom Expedito Lopes, Fronteiras, Itainópolis, Picos, Pio IX, Queimada Nova, São João da Canabrava, São José do Piauí, São Julião, Simões e Sussuapara. As rádios AM/FM são quatro, sendo três em Picos e uma em Pio IX, ver relação anexo XX.

Análise do Contexto sócio cultural

EDUCAÇÃO E SAÚDE

O sistema de ensino técnico e superior é bem servido, no entanto pode-se perceber que ela não reflete fielmente as necessidades do Território, pois este tem carência de profissionais voltados para prestar serviços de assistência técnica e extensão rural.

O Território é rico em manifestações culturais e por não serem vivenciadas, valorizadas acabam perdendo força e com passar do tempo são esquecidas. Este é um dos motivos para a perda dos valores e da identidade cultural.

Quanto ao esporte e lazer os espaços disponibilizados no Território ainda são limitados. Para comprometer mais ainda esta situação as estruturas existentes nas escolas são pouco aproveitadas pela escola e pela comunidade, em virtude destas não estarem disponíveis e pela necessidade de contratação de mais profissionais ligados a esta área.

4 - CONTEXTO AMBIENTAL

O Território está inserido na macrorregião do semiárido, região também conhecida como **Caatinga** do Tupi-Guarani: *caa* (mata) + *tinga* (branca) = mata branca caracterizada pelo clima seco e quente e pela escassez de chuva, no entanto é rica na sua biodiversidade.

4.1 CARACTERÍSTICAS GEO AMBIENTAIS DO TERRITÓRIO

4.1.1 Características geo-climáticas

O Território está inserido na região quente e úmida sem excessividades, com alternância dos índices pluviométricos que vão de 500 mm a 800 mm. A temperatura varia anualmente com médias da mínima de 21 °C, média de 26,3 °C e máxima de 32,5 °C. Insolação com cerca de 3.000 horas/ano e evapotranspiração média de 2.000 mm/ano.

Com características básicas do semiárido nordestino, onde há baixa pluviosidade e alta evapotranspiração, isso explica, em parte, os aspectos edáficos, regime dos rios ser intermitentes e possibilidade de armazenamento de água, sendo esta a grande dificuldade da população local para instalação de sistemas produtivos.

Outra característica marcante é o regime de chuvas, que apresenta grande variação, tanto na distribuição das precipitações ao longo da estação chuvosa, como nos totais anuais entre diferentes anos em uma mesma localidade ao longo da história. Há anos em que as chuvas se concentram em curto período, em outros, a precipitação anual alcança valores bem abaixo de sua média.

De acordo com resultados de 10 anos de observação, as precipitações do semiárido piauiense têm a sazonalidade seguinte: de janeiro a maio, de dezembro a abril e de novembro a março.

Além das condições climáticas rigorosas, a região é submetida a ventos fortes e secos, contribuindo, assim, para sua aridez nos meses de seca. O período mais seco é agosto, cuja temperatura do solo atinge a 60°C. O sol forte acelera a evaporação das águas dos lagos, lagoas e rios. Enquanto que no período das chuvas os solos tornam-se encharcados e o verde toma conta da paisagem.

4.1.2 Características Geomorfológicas

O Território é composto pelo afloramento das seguintes formações: **embasamento Cristalino**, composto por um complexo de rochas (gnaises, granitos, migmatitos, xistos, etc.), em que o meio aquífero é representado por fissuras e diáclases, solos geralmente rasos, apresentando baixa capacidade de infiltração, alto escoamento superficial e reduzida drenagem natural. Já a formação **Serra Grande** é constituída principalmente de arenitos grosseiros e médios, conglomeráticos e conglomerados. A outra formação é a **Pimenteiras**, sobreposta à formação Serra Grande, cuja constituição se dá por uma seqüência litológica representada por uma alternância de níveis de folhetos e siltitos, intercalados subordinadamente por finos níveis de arenitos de granulação muito fina a siltosa de cores bastante variadas, predominando na sua porção inferior níveis arenosos e por último vem a **Formação Cabeças**, constituída de arenitos médios a grosseiros, às vezes conglomeráticos e micáceos, de cores claras, cremes e róseas.

Toda a geomorfologia piauiense, inclusive a do Território Vale do Guaribas, pertence ao maciço nordestino, com relevo suavemente ondulado, constituído por serras, serrotes e inselbergs. Apresenta altitudes modestas, com uma disposição para o sentido norte-sul, canalizando com isso os ventos alísios. Esses corredores de vento dificultam a ocorrência de chuva no semiárido.

4.1.3 Características hidrológicas

A rede hidrográfica do Território do Vale do Guaribas, faz parte da Bacia do Rio Canindé, apresenta-se com regime intermitente e sazonal e tem como principais rios: Canindé, Guaribas e Itaim, todos de grande importância para as populações tradicionais que cultivavam às suas margens com plantios de vazantes. Encontram-se ainda rios de médio a pequeno porte como Boa Esperança, Catolé, Riachão, Grande, Porcos e Marçal. Cabe-nos registrar que estes rios apresentam suas mata ciliares devastadas e com avançado processo de assoreamento.

Para minimizar o problema da escassez de água, ao longo de muitos anos, no âmbito da Política Pública de Combate a Seca, se adotou a estratégia de construir barragens, sem o mínimo de planejamento e sem infraestrutura de distribuição. Neste Território, vale destacar, a capacidade de armazenamento das barragens, como mostra o quadro abaixo.

Quadro ___ Barragens do Território Vale do Guaribas

Nome	Cidade	Rio	Capacidade (milhões de m ³)
Poço Marruá	Patos do Piauí	Itaim	294
Bocaina	Bocaina	Guaribas	106
Piaus	São Julião e Pio IX	Grande e dos Porcos	106,7
Barreiros	Fronteiras	Católé	52.8
Ingazeiras	Paulistana	Canindé	25.7
Salgadinha	Simões	Gentio	25.0
Cajazeiras	Pio IX	Condado	24.7
Estreito	Padre Marcos	Boa Esperança	24

Fonte: COMDEPI, DNOCS, Plano Nacional de Recursos Hídricos

O barramento das águas dos rios é uma estratégia para a região que sofre com a escassez das chuvas. As barragens têm como principais objetivos perenizar os rios e oferecer água de qualidade para população. No entanto estas, em sua maioria, são subutilizadas. Durante os períodos de seca, abastecem os carros pipas que fornecem água para as cidades e também são utilizadas para o consumo animal, lazer e pesca artesanal.

Vale ressaltar que a Barragem de Bocaina hoje está sendo utilizada por um grupo de agricultores para o criatório de peixe em gaiolas; as barragem Poço Maruá e Estreito terão suas águas conduzidas através de adutoras para abastecer os municípios do Território.

Outra estratégia adotada para o armazenamento de água pluviais, agora através de uma Política Pública de Convivência com o Semiárido, é a construção de cisternas para o consumo familiar, financiadas por Programas Federais e Estaduais, e conta com a parcerias das organizações da sociedade civil e da população.

Quanto às águas subterrâneas, o aquífero Serra Grande é o principal reservatório do Território, apresentando considerável área sobre embasamento cristalino, com baixa capacidade de infiltração, alto escoamento superficial, reduzida drenagem natural, com fraco potencial para o artesianismo, as demais áreas possuem forte potencial para a perfuração de poços artesianos.

Saliente-se que a água é o grande limitador das ações produtivas no Território, agravadas pelas formas modestas de sua captação, sendo as mais freqüentes a exploração de águas subterrâneas através da perfuração de poços artesianos e/ou cacimbões e a construção de barragens, cujos impactos ambientais são de grande monta, embora com importância social inegável.

4.2.4 Características edafológicas

Os solos característicos e predominantes no Território são do tipo Latossolos, Neossolos e Argissolos. Sendo os predominantes os latossolos amarelos distróficos, latossolos amarelos eutróficos e o solo bruno não cálcicos. Os dois primeiros possuem potencialidades, como boa profundidade e drenagem, relevo plano a suavemente ondulado e baixa erodibilidade. No entanto apresentam baixa fertilidade natural e baixos teores de matéria orgânica. Os brunos apresentam boa fertilidade, predominância de relevo suavemente ondulado, alta erodibilidade, baixa profundidade, baixa umidade e pedregosidade.

Sabe-se que a condição dos solos é imprescindível para o estabelecimento de sistemas produtivos sejam estes de pequena, média ou grande escala e que sua funcionalidade está associada a diversas variáveis que interagem como os recursos hídricos, vegetação e os demais ativos ambientais. Os solos da Caatinga/Semiárido apresentam-se normalmente erodidos e numa condição física e biológica degradada.

A maior parte dos solos do ecossistema em discussão apresenta limitações severas quanto a seu uso sustentável com atividades agrícolas.

4.2.5 Características da Vegetação

No Vale do Guaribas, predomina o bioma Caatinga, cuja vegetação é uma expressão do clima e de outros fatores geoambientais representados pelo relevo, pelo material de origem e pelos organismos, numa interação que ocorre ao longo do tempo e resulta, também, na determinação de todo o quadro natural.

De modo geral, o Território apresenta um revestimento baixo de vegetação com estratos compostos por gramíneas, arbustos e árvores de porte baixo ou médio com cerca de três a sete metros. As espécies vegetais encontradas são caducifólias, geralmente dotadas de folhas miúdas e hastes espinhentas, adaptadas para conter os efeitos de uma evapotranspiração muito intensa, através do mecanismo da perda das folhas. No entanto, algumas poucas espécies da caatinga não perdem as folhas na época da seca, tendo como destaque o juazeiro, uma das plantas típicas desse ecossistema.

Esta vegetação é entremeada de outras espécies, como as cactáceas *Cereus* (mandacaru e facheiro) e *Pilocereu* (xiquexique) e as bromeliáceas.

Além da importância biológica, a caatinga apresenta um potencial econômico ainda pouco valorizado. Em termos forrageiros, apresenta espécies como: acácia, Mimosa, emburana, pau-ferro, catingueira verdadeira, catingueira rasteira, canafístula, mororó, maniçoba, macambira, mandacaru e juazeiro que são pouco utilizadas como opção alimentar para caprinos, ovinos, bovinos e muares. Entre as de potencialidade frutífera, destacam-se umbu, araticum, jatobá, murici e licuri e, entre as espécies medicinais, encontram-se a aroeira, a baraúna, o quatro-patacas, o pinhão, o velame, o marmeleiro, o angico, o sabiá, o jericó, entre outras.

É importante destacar a diversidade da flora existente e ressaltar a presença de plantas com grande potencial na produção de néctar, o que potencializa a apicultura neste Território.

Parte da vegetação do Território passa por um processo de secundarização e algumas espécies encontram-se em extinção em virtude do sistema de cultivo itinerante adotado pelos agricultores familiares, que desmatam áreas constantemente, realizam queimadas levando o esgotamento do solo o que compromete o poder de regeneração do solo e da vegetação.

Considerando as formas de exploração e a fragilidade desse ecossistema foi criada a Área de Proteção Ambiental – APA da Chapada do Araripe criada pelo Decreto Presidencial de 4 de agosto de 1997. Esta área é uma Unidade de Conservação Federal, que abrange 34 municípios, dos estados do Ceará, Pernambuco e Piauí, e a APA da Ingazeira criadas para a preservação de espécies endêmicas de grande importância natural. No que concerne a APA da Chapada do Araripe, esta já está completamente desmatada, tendo em vista a ação de madeireiros que retiram madeira para alimentar os fornos da APL do Gesso em Pernambuco e da mandiocultura no Piauí.

No que se refere à área de preservação e conservação é importante destacar que, especialmente, nos municípios de Picos, Jaicós, Padre Marcos, Queimada Nova e Paulistana, existem áreas naturais prioritárias para tais fins, cuja importância biológica é inegável embora ainda sem bibliografia suficiente para definir o *status*. Além do quadro natural há também áreas de inscrição rupestre, sem catalogação dos sítios arqueológicos, nem tão pouco, medidas para sua preservação. Isso mostra a necessidade urgente de estudos detalhados tanto da biodiversidade quanto dos vestígios rupestres para conter ou minorar os impactos antrópicos.

4.2.5 - Caracterização Recursos Minerais

A mineração neste Território vem sendo desenvolvida há muito anos de forma acanhada. Com as últimas descobertas esta atividade poderá ser considerada com uma linha de desenvolvimento para o estado. Com isto espera-se o aumento das possibilidades de geração de empregos e renda e a ampliação das arrecadações municipais.

Neste sentido destacam-se a produção de cimento com uma unidade de processamento no município de Fronteiras; a exploração de água mineral

em Picos; mármore em Pio IX, Paulistana e Fronteiras; granito ornamental em Paulistana e Padre Marcos; argila de queima vermelha em Picos e Jaicós e de queima branca em Jaicós e São José do Piauí; a argila vermelha em Santo Antonio de Lisboa e Sussuapara.

Há destaque do Piauí como um dos maiores produtores de vermiculita, com ocorrência nos municípios de Queimada Nova, Fronteiras, Paulistana e Simões. A empresa Eucatex Nordeste, com sede em Queimada Nova, que há anos explorava a vermiculita está encerrando seus serviços e como previsto nos Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impactos Ambientais ao finalizar a ação de exploração a empresa tem que fazer as ações mitigadoras, como os órgãos de fiscalização pouco atuam nesta região teme-se pela herança que vai ficar para as comunidade próximas.

Nos últimos estudos realizados pela Companhia de Pesquisa dos Recursos Minerais – CPRM no estado do Piauí foi identificado a segunda maior jazida de ferro na região de Paulistana. Após publicação dos estudos, compete ao Departamento Nacional Produção Mineral – DNPM registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração dos recursos minerais. É importante afirmar que já existem 12 empresas fazendo pesquisa para futuras explorações.

A chegada dos técnicos, empresas e os deslocamentos constantes entre os municípios têm provocado inquietude na sociedade dos municípios, isto porque não existe um canal de comunicação esclarecedor entre estado, empresas privadas e sociedade civil.

4.2.6 Características Antrópicas e seus Impactos

Qualquer ação do homem no meio ambiente gera impactos, o que nos cabe exigir a definição das ações mitigadoras e acompanhar a sua execução. No entanto as mudanças climáticas estão ao nosso redor e já podem ser percebidas no nosso dia a dia, pela mudança/atraso do período chuvoso, intensidade das chuvas e/ou sua ausência, o aumento da temperatura, atingindo graus nunca antes vivenciados, dentre outros.

Abaixo se vai fazer uma exposição destas atividades desenvolvidas pelo homem apresentando seus possíveis impactos:

No que se refere ao saneamento ambiental, modalidade rede de esgotamento esta é quase inexistente, por isso tem-se alta incidência de doenças infecciosas e parasitárias. Quanto aos resíduos sólidos, todos os municípios fazem a coleta, no entanto as condições para se fazer, a frequência que ela é feita e o destino são inapropriados, gerando problemas à saúde, poluindo o ambiente e contaminando os rios, barragens e por último o lençol freático.

As atividades que promovem o desenvolvimento econômico em especial a apicultura, ovinocaprinocultura, mandiocultura, bovinocultura de leite, extrativismo mineral e vegetal têm gerado riqueza e problemas socioambientais.

No caso da pecuária, o solo e a vegetação são os mais degradados, pois a Caatinga sofrem com o avanço das áreas de pastejo, com o pisoteio dos animais que aumentam a compactação e o escoamento superficial, dificultando a reestruturação da vegetação e não permitindo a entrada de água para umidificar o solo.

O sistema de cultivo itinerante tem provocado o avanço do desmatamento, extinção de algumas espécies endêmicas, animais e vegetais, as práticas inadequadas de manejo das culturas, a exemplo queimadas, retirada das matas ciliares, cultivo nas margens dos cursos de água e o plantio sem levar em consideração a declividade do terreno tem provocado a

degradação do meio ambiente, a ampliação das áreas erosivas e o assoreamento dos cursos de água.

A apicultura, atividade densamente praticada no Território, embora rentável e de grande produtividade, provoca a diminuição na produção de mel silvestre, através as abelhas nativas, cuja extinção é provocada pelas abelhas exóticas (*Apis melífera*) é inevitável.

Com o avanço da monocultura do caju em áreas contínuas tem contribuído para o surgimento de pragas avassaladoras, como a mosca branca, que para seu controle tem-se usado os agrotóxicos o que compromete outra atividade desenvolvida que é apicultura.

O Turismo ecológico e de aventura é uma possibilidade em virtude das potencialidades existentes no Território, áreas naturais prioritárias para a conservação e áreas de inscrição rupestres e fósseis. No entanto esta atividade já acontece, mas o pouco conhecimento e o desrespeito acabam promovendo a degradação desta s riquezas.

As obras de infraestrutura que foram e continuam sendo implementadas, Luz Para Todos, Transnordestina, Barragens e a atividade de mineração são fatores estratégicas para o desenvolvimento e trazem consigo benefícios inegáveis como a ocupação da mão-de-obra, a dinamização das atividades econômicas, a redução dos custos de produção/aquisição e aumenta a arrecadação dos municípios, mas trouxeram/trazem consigo impactos imensuráveis, mas que já podem ser observados, o aumento populacional com novas exigências, a elevação do custo de vida, a perda da cultura e dos vínculos materiais e afetivos, desestruturação das famílias, prostituição infantil, o avanço do desmatamento, a destruição do habitat, problemas com o solo e as fontes de água, dentre outros.

Com relação à mineração vale registrar a formação de crateras, a poluição do ar, o agravo das doenças respiratórias e o trabalho infantil que vem sendo combatido, mas ainda existe.

É importante sinalizar que para os efeitos negativos produzidos existem as medidas mitigadoras, estas por sua vez são ações que visam minimizar os efeitos danosos produzidos pela ação do homem ao meio ambiente e estão

previstas nos relatórios e estudos de impacto ambiental, no entanto os órgãos de fiscalização e a sociedade não fazem o acompanhamento e fiscalização devida.

5 CONTEXTO SOCIOECONÔMICO

5.1 Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB) representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, durante um período específico. O PIB é um dos indicadores mais utilizados na [macroeconomia](#) com o objetivo de mensurar a atividade econômica. Nesse sentido, apresentamos no quadro XX os valores dos PIB municipais, do Território e Estadual para os anos de 2004, 2005 e 2006.

O PIB nominal médio das economias que compõem o Território foi de R\$ 23,7, R\$ 26,5 e R\$ 31,4 milhões para os anos de 2004, 2005 e 2006 respectivamente. No entanto, ressalta-se que apenas seis municípios alcançaram esse patamar, indicando a assimetria existente entre as economias. No ano de 2006, por exemplo, o PIB do município de Picos foi 13,8 vezes superior a média do Território.

No período observado a economia do Vale do Rio Guaribas apresentou um crescimento de 33,25%, impulsionada pelo bom desempenho de Belém do Piauí - 64,39%, Santo Antônio de Lisboa - 58,51% e Fronteiras - 52,33%. Os menores crescimentos foram verificados em Simões - 3,26%, Francisco Santos - 3,61% e Curral Novo - 4,22%.

Com um crescimento médio de mais de 38% no período, a economia picoense configura-se como o ponto de convergência do Território. Além de ser conhecida como a cidade do alho, da cebola e da comercialização da castanha, hoje se destaca em todo o Brasil por sua importância na produção apícola, tornou-se a “capital do mel”. Além disso, ocupa a terceira colocação no ranking estadual dos PIBs municipais, atrás apenas de Teresina e Parnaíba. Durante décadas, tem sido a segunda maior arrecadação de Impostos Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços- ICMS, para o Governo do Estado.

No quesito PIB industrial, o Território abriga duas das cinco principais economias do estado: Fronteiras e Picos. A primeira passou a estar entre os

maiores PIBs industriais desde a instalação da Cimento Nassau que explora, desde 2001, as jazidas de calcário da região. Já Picos aparece bem colocada devido a produção de artigos de fiação e tecelagem da Indústria Coelho, e a industrialização do mel e seus derivados, o setor industrial representa 16,1% da atividade produtiva do município.

O PIB *per capita* do Território, devido ao contingente populacional, não ultrapassa 67,5% do PIB estadual, um resultado insatisfatório principalmente se considerarmos que este é considerado o menor do Nordeste. Apesar disso, a economia territorial foi responsável por 8,9% de toda a riqueza produzida no Piauí.

QUADRO xx – PIB A PREÇO DE MERCADO CORRENTE, PIB PERCAPITA, E VARIAÇÕES PERCENTUAIS DO TERRITÓRIO
VALE DO RIO GUARIBAS – 2004, 2005 E 2006.

Municípios	2004			2005			2006			Va per de 20 2
	PIB a preço de mecado corrente (R\$ 1.000,00)	PIB municipal/PIB Território	PIB percapita (R\$ 1,00)	PIB a preço de mercado corrente (R\$ 1.000,00)	PIB municipal/PIB Território	PIB percapita (R\$ 1,00)	PIB a preço de mercado corrente (R\$ 1.000,00)	PIB municipal/PIB Território	PIB percapita (R\$ 1,00)	
Acauã	10.061	1,18%	1.798,54	10.130	1,06%	1.779,39	12.549	1,10%	2.166,52	2
Alagoinha do Piauí	12.466	1,46%	1.994,83	13.164	1,38%	2.153,72	15.849	1,39%	2.651,67	2
Alegrete do Piauí	9.120	1,07%	1.889,32	10.115	1,06%	2.084,28	11.848	1,04%	2.428,93	2
Aroeira do Itaim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Belém do Piauí	4.232	0,50%	1.711,27	5.712	0,60%	2.301,48	6.957	0,61%	2.791,60	6
Betânia do Piauí	13.638	1,60%	1.431,85	14.846	1,55%	1.527,39	16.143	1,42%	1.628,31	1
Bocaina	9.058	1,06%	2.072,28	10.111	1,06%	2.294,00	11.533	1,01%	2.595,86	2
Caldeirão Grande do Piauí	14.346	1,68%	2.608,80	11.239	1,17%	2.041,89	17.784	1,56%	3.228,80	2
Campo Grande do Piauí	10.075	1,18%	1.898,04	11.704	1,22%	2.166,58	13.332	1,17%	2.426,27	3
Caridade do Piauí	7.714	0,90%	1.875,64	7.937	0,83%	1.924,16	8.620	0,76%	2.084,15	1
Curral Novo do Piauí	7.704	0,90%	1.861,23	7.036	0,74%	1.792,00	8.029	0,71%	2.074,00	4

Municípios	2004			2005			2006			Va
Dom Expedito Lopes*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	per
Francisco Macedo	4.667	0,55%	1.896,58	5.330	0,56%	2.152,45	6.467	0,57%	2.586,66	3
Francisco Santos	19.860	2,33%	2.821,06	18.555	1,94%	2.636,06	20.577	1,81%	2.923,22	3
Fronteiras	80.554	9,43%	7.775,99	99.751	10,42%	9.559,00	122.711	10,79%	11.674,53	5
Geminiano	10.228	1,20%	2.020,24	9.719	1,02%	1.896,67	12.111	1,06%	2.336,17	1
Itainópolis	18.423	2,16%	1.804,73	22.017	2,30%	2.164,87	26.229	2,31%	2.588,76	4
Jacobina do Piauí	10.787	1,26%	1.894,48	11.702	1,22%	2.052,74	13.402	1,18%	2.348,30	2
Jaicós	31.112	3,64%	1.847,35	35.090	3,67%	2.057,57	40.247	3,54%	2.336,57	2
Marcolândia	11.620	1,36%	1.687,00	12.087	1,26%	1.715,90	14.626	1,29%	2.031,40	2
Massapê do Piauí	9.242	1,08%	1.460,89	10.172	1,06%	1.589,41	11.613	1,02%	1.793,86	2
Monsenhor Hipólito	14.873	1,74%	2.120,49	15.709	1,64%	2.221,97	17.813	1,57%	2.500,11	1

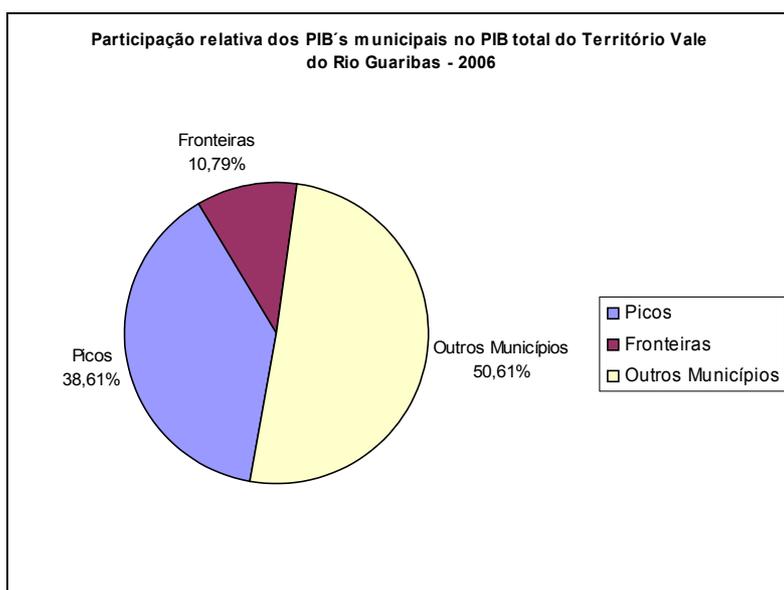
Municípios	2004			2005			2006			Variaç perce do PIB 2004 2006
	PIB a preço de mercado corrente (R\$ 1.000,00)	PIB municipal/PIB Território	PIB per capita (R\$ 1,00)	PIB a preço de mercado corrente (R\$ 1.000,00)	PIB municipal/PIB Território	PIB per capita (R\$ 1,00)	PIB a preço de mercado corrente (R\$ 1.000,00)	PIB municipal/PIB Território	PIB per capita (R\$ 1,00)	
Padre Marcos	12.224	1,43%	1.640,11	15.231	1,59%	2.026,98	16.199	1,42%	2.138,78	32,
Paquetá*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patos do Piauí	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paulistana	36.897	4,32%	2.116,15	39.106	4,09%	2.215,87	46.706	4,11%	2.615,25	26,
Picos	315.074	36,90%	4.329,61	374.847	39,16%	5.278,05	439.263	38,61%	6.115,74	39,
Pio IX	39.657	4,64%	2.374,82	37.240	3,89%	2.224,34	46.189	4,06%	2.751,82	16,

Municípios	2004			2005			2006			Variação
	Valor	%	Valor	Valor	%	Valor	Valor	%	Valor	
Queimada Nova	14.683	1,72%	1.673,51	16.325	1,71%	1.840,02	18.196	1,60%	2.028,78	23,06%
Santana do Piauí	8.694	1,02%	1.787,42	10.008	1,05%	2.032,95	10.551	0,93%	2.117,80	21,00%
Santo Antônio de Lisboa	15.723	1,84%	3.026,03	19.512	2,04%	3.748,62	24.922	2,19%	4.779,90	58,00%
São João da Canabrava	8.467	0,99%	2.043,08	8.975	0,94%	2.176,71	11.623	1,02%	2.833,51	37,00%
São José do Piauí	12.628	1,48%	1.804,35	14.375	1,50%	2.108,12	18.566	1,63%	2.714,33	47,00%
São Julião	10.859	1,27%	1.829,04	12.357	1,29%	2.063,30	14.418	1,27%	2.386,77	32,00%
São Luis do Piauí	4.178	0,49%	1.653,38	3.803	0,40%	1.847,37	4.814	0,42%	2.332,57	15,00%
Simões	30.068	3,52%	2.196,86	25.734	2,69%	1.878,26	31.049	2,73%	2.263,74	3,20%
Sussuapara	10.642	1,25%	1.940,84	11.532	1,20%	2.066,75	13.598	1,20%	2.395,22	27,00%
Vera Mendes	4.961	0,58%	1.671,90	6.005	0,63%	2.013,77	7.384	0,65%	2.465,42	48,00%
Vila Nova do Piauí	7.132	0,84%	2.421,82	7.555	0,79%	2.557,40	9.029	0,79%	2.341,86	26,00%
PIB Território (a)	853.857	-	2.197	957.161	-	2.398	1.137.759	-	2.844	33,00%
PIB Estado (b)	9.817.000	-	3.297	11.129.000	-	3.701	12.790.000	-	4.213	30,00%
% de a/b	8,70%	-	66,6%	8,60%	-	64,80%	8,90%	-	67,50%	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE 2006

Outra característica marcante foi a concentração espacial das atividades econômicas, conforme demonstrado no **Gráfico 1**. Os municípios Picos com 38,61% e Fronteiras com 10,79% foram responsáveis por 49% de toda a produção do Território, destoando das participações relativas dos outros municípios que chegaram a no máximo 4,11%.

GRAFICO 1 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS PIBs MUNICIPAIS NO PIB TOTAL DO TERRITORIO



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de IBGE (2006)

A economia do Território, segundo o critério do PIB, é assimétrica, fato este que pode ser observado quando se faz a comparação entre as economias de Picos e São Luis do Piauí, primeira e última colocada respectivamente, foi tão acentuada que em 2006 a primeira foi 91,4 vezes maior que a segunda.

As três maiores economias da região foram Picos, Fronteira e Paulistana. Entre as três menores temos Belém do Piauí, Francisco Macedo e São Luiz do Piauí.

5.2 Finanças públicas

O poder público desponta como um dos principais agentes indutores do desenvolvimento. Uma boa gestão dos recursos públicos torna-se imprescindível para consecução desse objetivo. Dessa maneira, apresentamos um breve relato das finanças públicas municipais no ano de 2007, a começar pelas receitas próprias que são oriundas da arrecadação de tributos como impostos, contribuições e taxas.

Quadro XX – Receitas Próprias de 2007

Municípios	IPTU	ISS	IRRF	Outras Receitas Próprias	Total
Acauã	7.237,82	30.758,58	2.107,70	6.672,77	46.776,87
Alagoinha do Piauí	1.727,68	22.575,13	41.450,13	7.490,91	73.243,85
Alegrete do Piauí	2.849,51	97.565,75	208.569,68	12.001,82	320.986,76
Aroeira do Itaim	-	-	-	-	-
Belém do Piauí	2.600,73	70.129,94	79.315,98	6.707,72	158.754,37
Betânia do Piauí	20,00	40.964,41	127.208,17	6.300,84	174.493,42
Bocaina	2.906,97	32.935,34	92.855,33	1.761,51	130.459,15
Caldeirão Grande do Piauí	1.929,63	20.979,67	35.045,17	6.671,66	64.626,13
Campo Grande do Piauí	5.717,10	112.874,01	71.553,42	19.666,36	209.810,89
Caridade do Piauí	574,94	43.617,43	26.647,08	9.175,20	80.014,65
Curral Novo do Piauí	1.022,99	42.421,86	27.370,23	39.271,00	110.086,08
Dom Expedito	-	-	-	-	-
Francisco Macedo	864,23	209.622,75	56.539,13	16.555,45	283.581,56
Francisco Santos	7.662,06	111.893,71	172.104,14	22.916,95	314.576,86
Fronteiras	4.387,64	53.151,99	103.933,15	3.391,00	164.863,78
Geminiano	1.030,00	38.515,00	21.860,80	14.502,86	75.908,66
Itainópolis	3.213,56	38.531,82	104.251,68	337.104,48	483.101,54
Jacobina do Piauí	487,50	61.310,49	87.893,72	5.714,18	155.405,89
Jaicós	9.021,83	135.056,87	122.654,95	42.387,91	309.121,56
Marcolândia	1.751,56	99.101,13	42.971,13	10.064,42	153.888,24
Massapé do Piauí	1.946,35	55.094,99	26.685,41	9.987,26	93.714,01
Monsenhor Hipólito	701,00	53.802,76	28.510,21	15.946,60	98.960,57
Padre Marcos	121,00	117.276,06	57.674,54	10.034,15	185.105,75
Paquetá	-	-	-	-	-
Patos do Piauí	500,00	286.433,05	75.668,80	236.802,59	599.404,44
Paulistana	41.128,99	153.227,69	62.623,66	49.598,21	306.578,55
Picos	529.960,21	2.217.355,70	547.650,89	2.463.618,90	5.758.585,70
Pio IX	22.966,93	138.058,35	115.534,28	124.974,52	401.534,08
Queimada Nova	2.670,32	63.343,90	28.151,67	269.730,72	363.896,61
Santana do Piauí	3.011,72	77.103,89	177.397,58	4.289,52	261.802,71
Santo Antônio de Lisboa	1.467,75	35.520,15	54.798,71	6.020,51	97.807,12
São João da Canabrava*	-	-	-	-	-

São José do Piauí	3.320,21	19.353,33	41.250,16	7.693,20	71.616,90
São Julião	2.260,83	66.787,23	172.255,03	327.379,55	568.682,64
São Luis do Piauí	1.749,20	35.230,54	58.571,28	1.318,89	96.869,91
Simões	12.078,69	75.757,88	67.574,29	12.098,71	167.509,57
Sussuapara	2.125,01	20.954,81	45.980,69	5.511,36	74.571,87
Vera Mendes	1.121,50	26.685,05	40.301,61	199.948,43	268.056,59
Vila Nova do Piauí	323,63	82.008,71	119.242,24	20.751,20	222.325,78

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da STN (2009)

* Dados não disponíveis na STN

As principais fontes de arrecadação para estes municípios são os Impostos Sobre Serviços (ISS) e os Impostos de Renda Retido na Fonte (IRRF). A arrecadação tributária guarda uma proporcionalidade com o nível de atividade econômica, nesse sentido, Picos obteve arrecadação 10 vezes maior que o segundo e terceiro colocados, São Julião e Itainópolis respectivamente. Chama a atenção o desempenho do município de Fronteiras, relativamente baixo quando comparado com outras economias de menor porte. No Quadro XX verificaram-se as Receitas de Transferências.

Quadro XX – Receitas de Transferência 2007

Municípios	Cota FPM	LC 87_96 ICMS	Cota ICMS	Cota IPVA	SUS	Fundef	FNDE	Rec Transf de Capital	Outras Receitas de Transferênc ia	Total"
Acauã	3.093.123,1 7	1.169,0 2	229.730,66	10.871,51	484.426,50	1.544.226, 08	168.958,2 0	0,00	306.467,59	5.290.826,4 2
Alagoinha do Piauí	3.093.123,2 1	1.441,0 3	257.720,17	10.149,48	635.892,33	1.626.500, 15	228.477,6 9	78.000,00	230.941,17	5.611.980,8 5
Alegrete do Piauí	3.093.123,2 1	614,06	133.106,73	3.192,59	430.646,65	1.320.097, 91	90.278,06	705.787,70	230.843,05	5.477.316,5 1
Aroeira do Itaim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Belém do Piauí	3.093.123,2 1	371,35	67.481,88	283,36	217.965,52	790.011,0 9	78.657,72	0,00	120.358,32	3.849.987,8 6
Betânia do Piauí	3.093.123,2 1	1.602,3 6	319.792,09	3.594,22	541.762,84	2.051.019, 21	198.107,5 3	257.500,00	241.340,33	6.146.052,1 2
Bocaina	3.093.123,2 1	602,51	118.163,72	23.767,35	498.116,83	963.732,6 4	103.962,0 7	505.000,00	253.163,31	5.029.274,0 4
Caldeirão Grande do Piauí	3.093.123,2 1	837,42	150.631,15	2.521,23	526.475,62	1.480.396, 37	170.913,7 3	0,00	103.575,52	4.996.380,2 0
Campo Grande do Piauí	3.087.778,4 2	926,74	169.772,65	18.098,32	437.963,79	1.402.391, 54	157.175,8 0	390.000,00	291.833,98	5.415.319,8 9
Caridade do	3.092.673,2	597,58	116.205,82	3.836,30	410.555,58	1.646.948, 187.378,9	187.378,9	0,00	212.069,25	5.142.893,5

Piauí	1					82	7			7
Curral Novo do Piauí	3.172.147,2					1.562.972,	143.595,3			5.200.229,4
Dom Expedito Lopes	1	820,68	160.116,38	140,50	381.352,54	55	7	100.249,27	289.735,79	4
Francisco Macedo	3.093.123,2					685.058,9				3.789.746,0
Francisco Santos	1	287,50	51.877,56	3.560,96	209.879,88	7	79.749,63	0,00	182.043,55	9
Fronteiras	3.093.123,2	1.613,6				1.486.559,	184.030,7			5.691.578,9
Geminiano	1	2	319.964,20	38.355,26	623.303,33	95	9	146.084,25	361.433,55	1
Itainópolis	3.739.049,7	21.736,	4.293.559,0			1.977.609,	190.334,0			10.131.938,
Jacobina do Piauí	6	20	3	89.226,20	840.473,80	23	1	10.118,96	292.049,61	67
Jaicós	3.093.123,2					1.310.008,	170.691,3			4.907.593,3
Marcolândia	1	753,80	147.899,04	14.688,08	446.617,62	03	4	146.213,78	112.570,54	6
Massapê do Piauí	2.938.703,1	1.802,6				2.641.133,	297.838,5			6.874.303,9
Monsenhor	6	5	323.449,79	22.399,45	890.092,82	22	6	0,00	295.536,92	6
	3.093.123,2	1.681,9				1.508.868,	158.683,3			5.928.674,6
	1	5	303.890,20	9.730,41	453.863,48	05	4	615.000,00	344.384,77	4
	5.527.824,6	4.446,2			1.785.769,9	3.371.059,	330.156,6			11.094.763,
	1	6	803.098,57	29.438,07	0	24	7	0,00	286.710,90	91
	3.093.123,2					2.320.036,	177.412,2			6.089.212,1
	1	986,44	179.298,55	22.341,72	601.312,51	46	4	0,00	232.606,59	4
	3.093.163,2					1.581.817,	194.352,5			5.498.123,1
	1	821,30	161.556,67	1.742,08	629.028,90	95	8	30.000,00	342.205,51	7
	3.093.123,1	1.265,7	247.449,89	20.126,56	670.828,72	1.322.314,	169.711,1	97.500,00	186.332,37	7.633.330,9

Hipólito	7	6				82	9			4
----------	---	---	--	--	--	----	---	--	--	---

Cont. Quadro XX – Receitas de Transferência 2007

Municípios	Cota FPM	LC 87_96 ICMS	Cota ICMS	Cota IPVA	SUS	Fundef	FNDE	Rec Transf de Capital	Outras Receitas de Transferênc ia	Total
Padre Marcos	2.937.866,6 5	800,14	156.686,26	8.072,74	643.319,85	1.449.330, 59	113.598,4 0	224.404,24	292.849,16	5.316.732,7 8
Paquetá*	-	-	-	-	-	-	-	--	-	-
Patos do Piauí	3.172.147,2 1	956,92	207.472,47	5.472,88	471.981,42	1.275.460, 93	124.970,4 6	114.934,00	314.388,38	5.069.229,7 7
Paulistana	5.558.360,7 4	4.610,6 4	905.411,42	75.068,13	1.924.866,0 9	4.706.654, 81	510.881,2 6	2.788.652, 16	994.937,01	16.444.828, 41
Picos	11.750.938, 35	56.408, 88	10.986.405, 98	1.652.264, 93	19.313.149, 30	7.447.291, 10	582.767,2 2	3.925.525, 74	1.035.719,6 6	52.936.808, 46
Pio IX	5.155.305,4 0	0,00	834.928,94	7.844,71	1.161.363,8 6	3.784.850, 22	444.459,3 8	96.659,65	1.443.638,3 0	11.941.227, 22
Queimada Nova	3.172.147,2 1	2.252,3 7	482.034,94	5.005,61	624.341,92	2.406.288, 24	298.611,3 7	222.000,00	266.885,87	6.822.030,4 7
Santana do Piauí	3.093.123,2 1	466,21	91.491,11	13.464,29	450.694,70	995.947,7 8	100.002,6 0	126.158,10	163.765,75	4.509.713,6 2
Santo Antônio de Lisboa	3.093.123,2 1	1.956,3 6	351.894,70	25.746,39	450.364,29	807.537,2 5	76.065,56	97.500,00	128.115,60	4.465.686,4 2
São João da	2.379.315,3	639,48	-	-	-	138.350,8	-	-	-	-

Canabrava**	2					9				
São José do Piauí	3.093.123,2	1.577,9				1.285.164,97	167.775,07			5.187.913,20
			283.955,91	15.621,15	876.914,57			49.871,25	-31.269,99	
São Julião	2.782.330,67	890,30	174.102,53	11.770,50	510.795,30	1.322.949,03	146.618,52	60.270,40	350.657,78	4.853.568,74
São Luis do Piauí	3.093.123,21	352,44	68.937,45	5.560,02	226.757,51	621.909,86	68.836,66	73.040,35	162.964,12	3.800.135,66
Simões	4.540.229,40	3.127,68	420.234,87	21.509,41	1.476.136,95	3.309.723,96	128.249,40	160.000,00	313.738,67	9.549.481,83
Sussuapara	3.093.123,21	963,92	174.536,45	21.492,73	589.137,15	1.007.580,12	109.853,20	358.552,00	57.538,70	4.875.282,55
Vera Mendes	3.093.123,21	478,83	86.243,44	4.739,88	242.823,60	1.286.023,90	172.843,92	0,00	170.193,39	4.534.992,69
Vila Nova do Piauí	3.093.123,17	319,42	62.412,77	11.600,67	226.316,54	731.842,18	118.728,96	300.101,75	177.768,36	4.201.684,98
Território	127.962,44	120.179,7	23.841.513,99	2.213.297,69	40.905.292,21	65.169,66	6.644,727	11.679,123	10.758,093,38	264.308,84

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da STN (2009)

* Excluindo as deduções da receita corrente

** Dados não disponíveis na STN

O Fundo de participação do município (FPM) é a principal fonte de recurso das prefeituras. A arrecadação do FPM é função de uma série de variáveis, entre elas a faixa populacional do município e da participação relativa na economia estadual. Tendo em vista que a realidade econômica para a maioria dos integrantes do Território é muito semelhante, percebeu-se que os valores são bem próximos para a maioria dos municípios, como destaque entre os maiores beneficiários temos os municípios de Picos, Paulistana e Jaicós. O Território recebeu em forma de transferências no ano de 2007 mais de 264 milhões de reais, ou seja, R\$ 794,32 por habitante. Do total de recursos recebidos, 88,54% foram oriundos do FPM (48,41%), FUNDEF (24,65%) e SUS (15,47%).

No Quadro XX, é possível identificar a dependência financeira dos municípios em relação às transferências da União. Quanto menor for a relação entre as receitas próprias e de transferências, maior será o grau de dependência e vice-versa. Nesse sentido, percebeu-se que em média as receitas próprias representam apenas 3,55% do total das transferências.

Quadro XX - Relação receitas próprias e de transferências

Municípios	Receitas Próprias (a)	Receitas de transferências (b)	a/b
Acauã	46.776,87	5.290.826,42	0,88%
Alagoinha do Piauí	73.243,85	5.611.980,85	1,31%
Alegrete do Piauí	320.986,76	5.477.316,51	5,86%
Aroeira do itaim			
Belém do Piauí	158.754,37	3.849.987,86	4,12%
Betânia do Piauí	174.493,42	6.146.052,12	2,84%
Bocaina	130.459,15	5.029.274,04	2,59%
Caldeirão Grande do Piauí	64.626,13	4.996.380,20	1,29%
Campo Grande do Piauí	209.810,89	5.415.319,89	3,87%
Caridade do Piauí	80.014,65	5.142.893,57	1,56%
Curral Novo do Piauí	110.086,08	5.200.229,44	2,12%
Dom Expedito	-	-	-
Francisco Macedo	283.581,56	3.789.746,09	7,48%
Francisco Santos	314.576,86	5.691.578,91	5,53%
Fronteiras	164.863,78	10.131.938,67	1,63%
Geminiano	75.908,66	4.907.593,36	1,55%
Itainópolis	483.101,54	6.874.303,96	7,03%
Jacobina do Piauí	155.405,89	5.928.674,64	2,62%
Jaicós	309.121,56	11.094.763,91	2,79%
Marcolândia	153.888,24	6.089.212,14	2,53%
Massapê do Piauí	93.714,01	5.498.123,17	1,70%
Monsenhor Hipólito	98.960,57	7.633.330,94	1,30%

Municípios	Receitas Próprias (a)	Receitas de transferências (b)	a/b
Padre Marcos	185.105,75	5.316.732,78	3,48%
Paquetá	-	-	-
Paulistana	306.578,55	16.444.828,41	1,86%
Picos	5.758.585,70	52.936.808,46	10,88%
Pio IX	401.534,08	11.941.227,22	3,36%
Queimada Nova	363.896,61	6.822.030,47	5,33%
Santana do Piauí	261.802,71	4.509.713,62	5,81%
Santo Antônio de Lisboa	97.807,12	4.465.686,42	2,19%
São João da Canabrava*	-	-	-
São José do Piauí	71.616,90	5.187.913,20	1,38%
São Julião	568.682,64	4.853.568,74	11,72%
São Luís do Piauí	96.869,91	3.800.135,66	2,55%
Simões	167.509,57	9.549.481,83	1,75%
Sussuapara	74.571,87	4.875.282,55	1,53%
Vera Mendes	268.056,59	4.534.992,69	5,91%
Vila Nova do Piauí	222.325,78	4.201.684,98	5,29%
Território	12.946.723,06	264.308.843,49	4,89%

Fonte:
Elaboração

própria a partir dos dados da STN (2009)

* Dados não disponíveis na STN

Apesar de ainda ser pouco significativo Patos do Piauí, São Julião e Picos, destacaram-se com as maiores relações do Território 11,82, 11,72 e 10,88% respectivos. A tabela 6 relevou informações sobre o equilíbrio fiscal dos municípios.

5.4 IDH

O objetivo da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano é oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. O IDH-M (Tabela 10) pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Não abrange todos os aspectos de

desenvolvimento e não é uma representação da felicidade das pessoas, nem indica o melhor lugar no mundo para se viver (PNUD, 2009).

Além de computar o PIB per capita, depois de corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país, o IDH também leva em conta dois outros componentes: a longevidade e a educação. Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um. Classificação de acordo com o IDH:

- De 0 a 0,499 - IDH baixo.
- De 0,500 a 0,799 - IDH médio
- De 0,800 a 1 - IDH alto

Tabela 19 – IDH-M

IDH - M	Número de municípios
< 0,500	01
0,500 a 0,550	10
0,551 a 0,600	21
0,601 a 0,700	6
0,701 a 0,799	1
>8,000	0
Total Território	39

Fonte: PNUD (2000)

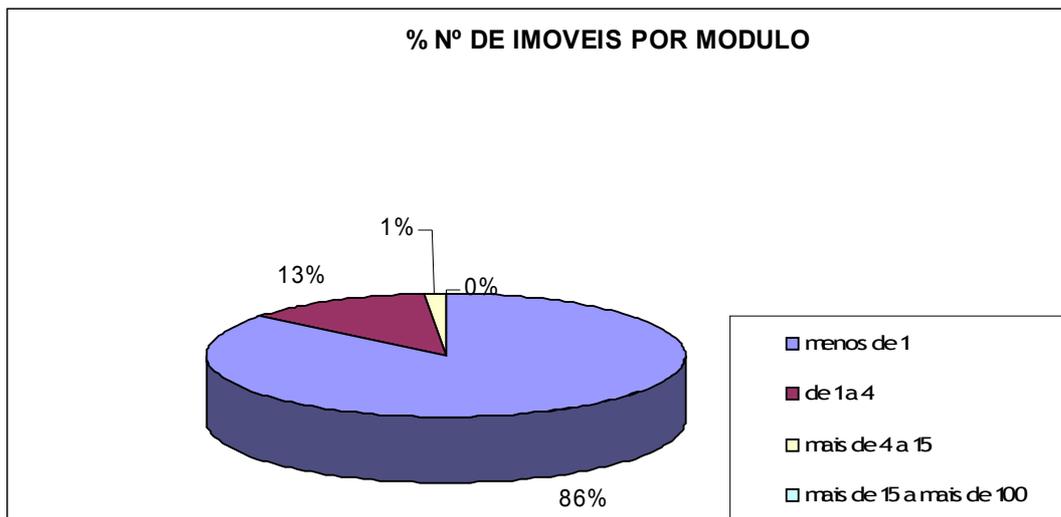
A grande maioria dos municípios (97,2%) situam-se na faixa de IDH-M médio, sendo que Picos (0,703), Santo Antônio de Lisboa (0,619) e Fronteiras (0,613) apresentam os melhores índices. O município de Betânia foi o único classificado como de baixo IDH-M.

5.5 Estrutura Fundiária

O Território do Vale do Rio Guaribas caracteriza-se pela predominância das pequenas propriedades. Tal fato pode ser observado a partir da junção dos

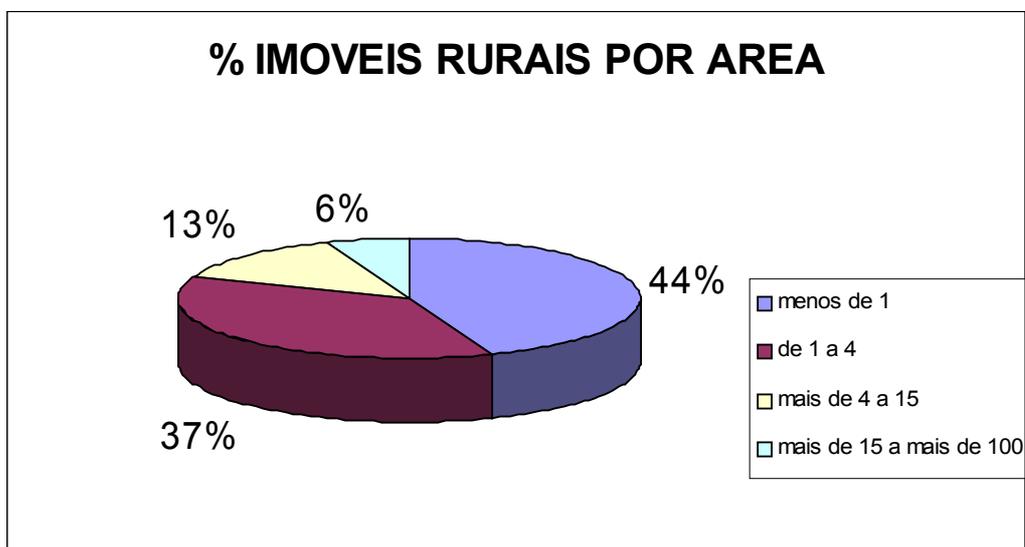
totais dos imóveis rurais com menos de um módulo fiscal aos imóveis com 1 a 4 módulos fiscais. Concretamente pode-se afirmar que a pequena propriedade ocupa 81% de toda área do Território. Esta situação pode ser observada nos gráficos abaixo.

GRAFICO 1 – Percentual de Imóveis do Território por modulo fiscal



Fonte: INCRA-SNCR 1998 - Piauí Informações Municipais – Anuário Estatístico do Piauí 2001.

GRAFICO 2– Percentual de Área do Território por modulo fiscal



Fonte: INCRA-SNCR 1998 - Piauí Informações Municipais – Anuário Estatístico do Piauí 2001

Dados do Censo Agropecuário de 2006 dão conta que este Território possui 44.978 estabelecimentos agropecuários, proporcionando forte ocupação da mão-de-obra com laços familiares com o produtor, cerca de 134.816 pessoas. Enquanto que a mão-de-obra sem laços familiares fica entorno de 22.713 pessoas. Esta situação trás a tona um dos problemas enfrentados pelo Território, que se caracteriza pelos estabelecimentos que não dispõem de titulação, sendo normalmente terras de herança, que necessitam da regularização de espólios e onde as várias famílias convivem e trabalham.

Tabela 3 – Relação de pessoal ocupado com e sem laço de parentesco com o proprietário

Nº de estabelecimentos	Área dos estabelecimentos	Total de pessoal ocupado com laço de parentesco com o produtor	Total de pessoal ocupado sem laço de parentesco com o produtor
44.978	1.037.057	134.816	22.713

FONTE:IBGE: Censo Agropecuário 2006

A Ação dos órgãos e programas responsáveis pela Reforma Agrária neste Território é acanhada, decorrente da predominância de pequenas propriedades. Os projetos de assentamento da Reforma Agrária do Território ocupam 86.648,53 ha, distribuídos em 75 assentamentos e beneficiando 2.686 famílias.

Com relação ao INCRA temos 33% de assentamentos em processo inicial de implantação das famílias, onde estas recebem recursos do fomento; 67% de assentamentos em instalação e estruturação, isto representa a instalação das famílias com a construção de moradias, implantação da rede de energia e de abastecimento de água, nesta fase também recebem os recursos do PRONAF A. Tem media de 41,7 ha por família assentada e os assentamentos atingem 98% de sua capacidade instalada.

Políticas complementares de Reforma Agrária surgiram e aqui estão,

representadas pelo Banco da Terra e Crédito Fundiário. Obteve-se um bom incremento nos processos de instalação de assentamentos caracterizado pela inclusão social e econômica dos beneficiários destas políticas, e hoje corresponde a 84% dos Assentamentos do Território.

Na modalidade Banco da Terra temos cinco assentamentos todos com aplicação de recursos do PRONAF A e A/C, beneficiando 141 famílias. Ressaltamos neste caso uma grande desistência das famílias beneficiárias devido principalmente a falta de acompanhamento técnico sistemático.

Na linha do Crédito Fundiário temos 58 assentamentos, distribuídos em 17 municípios do Território beneficiando 1.304 famílias. Em investimento realizados temos R\$ 18.409.823,56, destes 77% de recursos não são reembolsáveis, sendo utilizados na implantação de projetos comunitários, como moradias, rede de abastecimento e energia e produtivos e apenas 23% reembolsáveis, referente a aquisição da terra.

Como foi dito anteriormente, este Território possui em torno de 20 comunidades quilombolas, que até este momento não tiveram seu Território reconhecido e nem as terras tituladas. Vale ressaltar que a Comunidade Tapuio teve este processo iniciado, mas não foi concluído em virtude da burocracia do INCRA.

6.1 Infra-estrutura de Apoio a Produção

O desenvolvimento de uma região, cidade, estado ou país, passa primeiro pelos investimentos em infra-estrutura básica, também essencial para melhoria da condição de vidas das pessoas. As infra-estruturas estão ligadas diretamente às ações do poder público, pois correspondem ao acesso à energia elétrica, pavimentação e construção de estradas/rodovias, melhoria dos aeroportos, portos e ferrovias, acesso à comunicação, segurança hídrica, saneamento básico, nesse contexto mais rural, infra-estrutura de apoio à produção agropecuária.

Mesmo com o aumento dos investimentos em infraestrutura, percebe-se que o Guaribas necessita de uma ação conjunta, que envolva, efetivamente poder público nas suas várias esferas (Federal, Estadual e

Municipal) e setor privado para que consigam implantar políticas públicas capazes de promover desenvolvimento.

Os dados apresentados abaixo foram coletados a partir de órgãos oficiais que executam, pesquisam ou acompanham as políticas públicas ou privadas implementadas para atender a população:

Quanto a pavimentação das estradas/rodovias revela-se que atualmente existem 393 km de rodovias asfaltadas. Ressalta-se que 100% das cidades estão interligadas a uma BR ou PI de acesso ao município. No entanto, ainda existe trechos estratégicos que não estão interligados.

A eletrificação é fator importante para o desenvolvimento. No âmbito do Programa Luz Para Todos, não se atingiu as metas definidas para até 2010, mas os patamares alcançados devem ser considerados, pois 48,59% dos domicílios têm energia elétrica, onde alguns municípios tiveram este serviço universalizado. De um total de 86.351 instalações, 16,5% destas foram realizadas por este Programa do governo federal.

Com relação às estruturas hídricas de armazenamento de água, o Território possui quatro grandes barragens: Poço do Marruá, Bocaína, Estreito e Piaus que são importantes para o desenvolvimento de atividades econômicas. No entanto estas obras são subutilizadas e contam-se os projetos desenvolvidos utilizando as águas represadas neste Território.

Nessa região não foi encontrado nenhum armazém cadastrado pela CONAB, dificultando a capacidade dos agricultores em guarda/armazenar seus produtos para comercializações futuras.

O Vale do Guariba apresenta um percentual de 16,5% do total de máquinas existentes no estado, sendo parte delas usadas para trabalhos não agrícolas. Segundo o censo agropecuário de 2006 Santo Antônio de Lisboa, Pio IX e Betânia do Piauí são os municípios com maiores números de tratores, têm respectivamente, 75, 64 e 52 máquinas.

6 CARACTERÍSTICAS DOS SISTEMAS PRODUTIVOS

O Território Vale do Guariba, a agropecuária destaca-se como a principal atividade econômica, caracterizada no setor agrícola pela agricultura de subsistência e pelo cultivo da mandiocultura e cajucultura. O setor animal caracteriza-se pela criação de bovino, caprinos e ovinos e pela consolidada criação de abelhas.

Para melhor caracterizar esse Território, serão feitas abordagens para cada sistema de produção.

6.4 Sistema Agrícola

O Território Vale do rio Guaribas esta inserido na região semi-árida do Estado, e apresenta atributos marcantes de solo, vegetação e clima, principalmente do que se refere às irregularidades das chuvas.

O sistema agrícola do Guaribas apresenta aspectos tradicionais relativos a agricultura familiar. É desenvolvido na pequena propriedade onde se pratica a policultura, planta-se várias culturas milho, feijão e mandioca, cuja área muitas vezes não passa de um hectare e envolve a força de trabalho da família.

Nessa região a tradição do preparo das terras e manejo das culturas agrícolas está ligada ao trabalho braçal, utilizam utensílios como plantadeiras, roçadeiras, enxadas, facões, machados, foices dentre outros, fazem uso das queimadas e das sementes criolas, que eles próprios selecionam.

Há pouco tempo não se falava em defensivos, no entanto, o uso destes, em especial aqueles utilizados para matar o mato, vem crescendo indiscriminadamente, em virtude da diminuição da mão-de-obra, pois os agricultores estão envelhecendo e seus filhos estão perdendo os vínculos com o meio rural e não assumem mais as responsabilidades das atividades agrícolas.

As linhas de créditos disponibilizadas ainda não atendem as demandas das famílias, possuem muitas exigências e pouca fiscalização o que facilita e leva as famílias a se endividarem.

Nas tabelas abaixo, são apresentados os dados referente a produção, áreas plantadas, áreas colhidas, valores e rendimentos médios das

principais culturas temporais e permanentes encontradas no Território Vale do Guaribas.

Quadro XX – Áreas plantadas e colhidas, valores e rendimentos médios das principais culturas temporais e permanentes encontradas no Território.

Culturas	Quantidade (ton)	Valor produção. (mil R\$)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Rend. Médio (kg/ha)
Feijão	11.664	10.356	91.429	90.347	119
Mandioca	189.863	21.517	20.958	21.068	9.444
Milho	12.055	5.355	72.653	71.468	178
Caju	12.272	9.993	88.001	86.991	132
Algodão herbáceo	490	351	3.063	2.588	289
Total	226.344	47.572	276.104	272.462	

Fonte: Censo agropecuário 2006

Tabela 26: Dados referentes ao Estado

Culturas	Quantidade (ton)	Valor Produção (mil R\$)	Área Plantada (ha)	Área Colhida (ha)	Rend. Médio (kg/há)
Feijão	38.420	47.217	233.920	231.631	165
Mandioca	550.656	57.99	60.901	60.901	9.041
Milho	171.101	76.189	303.608	292.118	585
Caju	23.744	18.558	172.712	172.551	137
Algodão herbáceo	27.521	22.975	13.778	13.212	2.083
Total	811.442	164.939	784.919	770.413	

Fonte: Censo agropecuário 2006

O somatório da produção das principais culturas desse Território chega a 28% do total produzido no Estado pelas mesmas culturas. E as áreas plantadas e colhidas correspondem a 35% do total do Estado. Tem destaque nesse contexto os municípios de Pio IX, Santo Antonio de Lisboa, Caldeirão Grande, Marcolândia, Simões, Fronteiras, Francisco Santos, Monsenhor Hipólito e Alagoinha.

Esse Território apresenta uma particularidade em relação ao cultivo do algodão, que durante muito tempo foi a principal fonte de renda das famílias dessa região e que depois do advento do bicudo essa cultura quase foi extinta, fabricas fecharam. Hoje em virtude das novas tecnologias, cultivares e do preço do algodão no mercado esta cultura tende a retornar.

Mesmo apresentado sistemas de cultivo tradicional esse Território apresenta produtividade média das suas principais culturas equivalente às do

Estado, tendo apenas a cultura do algodão com produtividade bem abaixo da média.

O quadro abaixo apresenta um retrato das atividades que estão em declínio, estagnadas, expansão e tendências na região.

Declínio	Estagnadas	Consolidada	Expansão
Algodão	Mandioca	Caju	Fruticultura

Fonte: Planap 2005

6.2 Sistema de Criação

A criação de pequenos animais é o forte neste Território, em sua maioria são ovinos, caprinos, suínos, frangos e galinhas. No entanto, o que se pode perceber é que rebanho bovino vem sendo substituído pela criação de pequenos animais, sendo seu efetivo de rebanho bovino no Território corresponde a apenas 14,06 % do Estado.

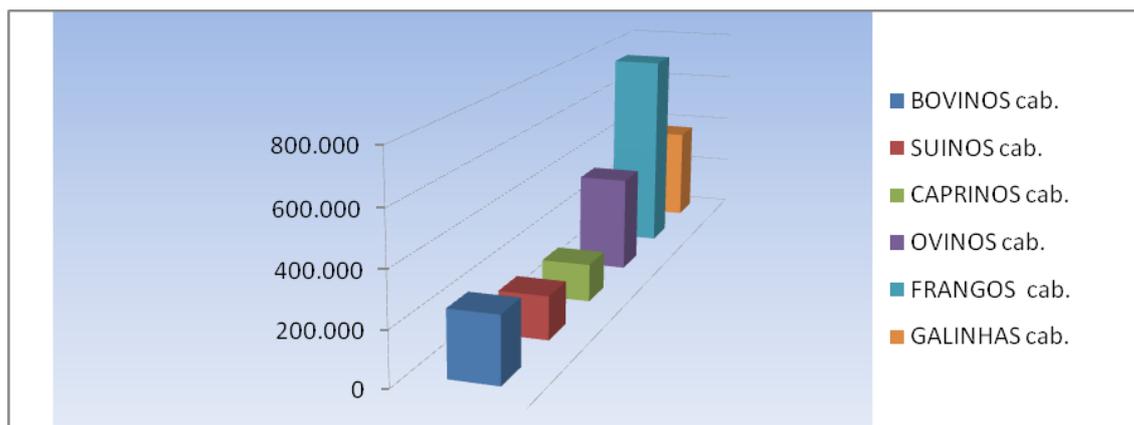
A convivência com o semi-árido trouxe desafios, descobertas e inovações. A partir daí surgem atividades como a apicultura e se potencializa a ovinocaprinocultura, hoje com grande potencial econômico para o Desenvolvimento Territorial.

TABELA 23 – Efetivo de rebanhos bovinos, suínos, caprinos, ovinos e aves do Território:

Discriminação	Bovinos cab.	Suínos cab.	Caprinos cab.	Ovinos cab.	Frangos cab.	Galinhas cab.
Total do Território	244.183	162.304	143.984	365.203	773.604	372.346
Efetivo do estado	1.736.520	1.159.335	1.371.392	1.437.219	7.604.233	2.412.851
% do Território	14,06	14,00	10,50	25,41	10,17	15,43

FONTE: IBGE: Censo Agropecuário 2006

GRAFICO 7 – Representação gráfico do efetivo dos rebanhos bovino, suíno, caprino, ovino e aves no Território.



FONTE:IBGE: Censo Agropecuário 2006

Embora apresente importância social e econômica no Piauí e no Guaribas, a ovinocultura convive ainda com baixa taxa de desfrute do rebanho, conseqüência do baixo uso de tecnologia. Corresponde a 25,41 % do efetivo do Estado e foi escolhido com o arranjo produtivo de maior impacto na economia do territorial. Recebeu a aplicação de recursos dos governos estadual e federal visando sua melhor estruturação e desenvolvimento.

A aplicação de manejo alimentar, sanitário e reprodutivo, adequados e aliados à implantação de infra-estrutura básica de produção concorrerá, de forma efetiva, para transformar o atual sistema de agricultura familiar de subsistência em uma atividade familiar economicamente rentável e ambientalmente sustentável.

A atividade apícola que outrora passava despercebida pelas instituições públicas do Território e do estado, sem que pesasse seu grande potencial mercadológico hoje é destaque no mercado nacional e internacional.

No Território a produção de mel de abelha representa aproximadamente 55,83% da produção do Estado, estabelecida na exploração racional, teve seu início na década de 70 com a chegada da família Wenzel, tradicional produtora de mel do sul do país.

Os agricultores familiares aproveitam o grande potencial da caatinga do Território produzindo mel para o consumo direto *in natura*, por vezes vendido no comércio local por valores irrisórios se comparado aos vigentes do mercado internacional. O desconhecimento empreendedor e de gestão das Associações

de Apicultores assim como Cooperativas Apícolas, deixa de somar divisas e melhorar a qualidade de vida da população do meio rural.

Disto se depreende a necessidade de se adotarem medidas de aproveitamento e beneficiamento da produção, no sentido de se gerar renda complementar para as comunidades rurais que não dispõem de recursos suficientes para subsistência, sobretudo nos períodos de seca, dependendo de outros serviços ou estimulando o êxodo rural.

TABELA 24 – PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO

	LEITE 1000 l	OVOS 1000 duz	MEL 1000Kg
TOTAL EFETIVO DO ESTADO	9.731	1.817	1.945
% DO TERRITÓRIO	76.409	16.721	3.483
	12,74	10,87	55,83

FONTE:IBGE: Censo Agropecuário 2006

GRAFICO 8 - PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO LEITE, OVOS E MEL

Identificamos também dados sobre os rebanhos em declínio e/ou ascendência, a partir da avaliação dos números da pecuária nos anos 2002 e 2006 levantados pelo IBGE.

- a. Rebanho em declínio: suíno e caprinos;
- b. Rebanho consolidado: bovinos;
- c. Rebanho em expansão: ovinos e aves;
- d. Atividade em expansão: apicultura aumento de mais de 100%

A expansão dos rebanhos de aves e na criação de abelhas repercutiu positivamente elevando a produção de ovos e mel no Território e consolidando na produção de leite.

Processo de agro industrialização

As infra-estruturas fazem parte do conjunto de ações e estratégias que devem ser garantidas nos vários espaços para que se possa assegurar o desenvolvimento e a melhoria na qualidade de vida das pessoas. Nesse sentido percebe-se que o Território apresenta uma grande diversidade dessas estruturas que vão desde unidades caseiras de produção de cajuínas e doces a plantas complexas de atendimento ao processamento agroindustrial de nível internacional. No contexto mais rural, possui empresas que investem na estruturação e modernização do setor, mas também vivencia déficits de estruturas para os agricultores familiares.

O Território do Rio Guaribas não possui muitas agroindústrias de apoio à produção agrícola, registrada no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA, Classificadas em agroindústrias de produtos de origem vegetal e animal mesmo assim foram localizadas no ministério 6 agroindústrias de produtos vegetais (sucos e doces), sendo distribuídas nos municípios de Picos , Pio IX, Santo Antonio de Lisboa e Geminiano e 10 Classificadas como agroindústrias de produtos de origem animal, todas no município de Picos e com processamento de mel e produtos apícolas

- ❖ Sucos e doces
- ❖ Mel e Produtos Apícolas;
 - Entrepasto de Mel e Cera de Abelha;
 - Laboratórios Farmacêuticos

Estes últimos também diferenciam-se em Estabelecimentos Registrado e Estabelecimentos Relacionados, apenas pela destinação do mercado, sendo ele internacional e nacional respectivamente.

Apresentamos em anexo relacionadas as agroindústrias de acordo com sua classificação.

Além dessas, existem nesse Território beneficiadoras de arroz em todos os municípios e de milho nos municípios maiores, casas de farinhas em todos, unidades de produção de cajuínas e doces caseiros, as pequenas agroindústria para beneficiamento da mandioca (farinha e goma) espalha-se em todos os municípios do Território e beneficiam artesanalmente para o auto consumo e mercado local. Encontramos algumas exceções de associações e

cooperativas de agricultores que comercializam para os programas de apoio a agricultura familiar com PPA – compra direta.

A existência de várias agroindústrias para processamento da produção da agricultura familiar. Estas por sua vez não atendem toda a demanda do Território, mas aos poucos ganham autonomia de mercado. Temos uma unidade de beneficiamento de algodão em Fronteiras, três de processamento de sucos em Sto. Antônio de Lisboa, IMBIARA, MASTER e KINUTS, processamento de doces de goiaba e banana pela COMAVEG – Picos, processamento de farinha e goma de mandioca, processamento de mel na CASA APIS, CAMPIL E WENZEL – Picos, processamento de cera de carnaúba em Sussuapara e do leite em Picos feito pela empresa Duas Barras. Vale registrar a existência de inúmeras unidades de beneficiamento para o processamento de frutas, castanha, mel encontram-se fechadas.

6.3 Sistema de inovação tecnológica

Durante muito tempo os agricultores foram vistos como pessoas atrasadas sem conhecimento e incapazes de se adequar a nova proposta que estava surgido após a segunda grande guerra mundial, em meados de 1945. Nesse período o capitalismo iniciou o processo de comercialização das tecnologias criadas durante a guerra, aproveitando a fragilidade causada pelos traumas remanescentes e usando o argumento de produzir alimentos para as milhões de pessoas famintas.

Para o setor agropecuário estava sendo apresentado o pacote tecnológico da chamada “revolução verde”. Esse pacote era recheado com alguns itens considerados indispensáveis para o desenvolvimento rural.

Estava inserida nessa proposta a pesquisa, que tinha o papel de produzir conhecimento, o ensino que absorvia esse conhecimento e a extensão que repassava. Esse tripé foi responsável pela introdução das máquinas agrícolas, dos insumos químicos (sementes modificadas geneticamente, adubos e fertilizantes), e de um modelo insustentável de desenvolvimento capaz de degradar o meio ambiente e a cultura tradicional.

Esse modelo persiste até os dias atuais, com algumas diferenças principalmente na proposta de construir de assessoria técnica, pois com o

passar dos tempos foram percebendo que os agricultores não poderiam ficar de fora dessa proposta de extensão, pois eles são o principal fonte de conhecimento, eles dão subsídio às pesquisa e ensino.

Nessa nova lógica, a extensão rural feita nesse Território, pelo Emater, vem ganhando investimentos em material humano, através concursos e capacitações, melhoria da infra-estrutura através da aquisição de carros, motos, computadores, reestruturação e abertura de escritórios, sendo que atualmente todos os município do Território tem escritórios ou ações de técnicos dos EMATER.

A agricultura familiar não dispõe de recursos para contratar assistência técnica, sendo esta disponibilizada pelo EMATER que possui escritórios em todos os municípios e dois escritórios regionais, sendo um em Picos e outro em Paulistana. Em virtude do desafio e das condições que lhe é dada os agricultores se recentem da pouca assistência técnica prestada às famílias.

Além da Assistência técnica oficial, feita pelo EMATER, existem empresas como a Associação dos Engenheiros Agrônomos do PI - AEAPI, a CONPLATER e a TERRA CONSULTORIA LTDA que prestam serviços para famílias assentas da reforma agrária do Credito Fundiário e INCRA, estão presentes ainda, entidades que fazem assessoria a comunidades tradicionais e quilombolas como o movimento dos pequenos agricultores, sindicatos rurais, movimento das comunidades quilombolas, associação dos criadores de caprinos e ovinos da região de Picos; associação de criadores de caprinos e ovinos do Piauí; movimento dos trabalhadores sem terra - MST; Federação de Trabalhadores na Agricultura do Piauí (FETAG, FETRAF) e Federações da Agricultura (FAEPI) e de Apicultores do Piauí (FEAPI).█

No setor de pesquisa esse Território tem sido referência, na cadeia produtiva do mel e do caju, a Embrapa Meio Norte, vem fazendo pesquisa nessa região e apoiando com cursos, oficinas, dias de campo, além de apoiar com pesquisas feitas nos laboratórios da sede em Teresina. Além da Embrapa Meio Norte, a Embrapa Semi-árido também desenvolve pesquisas nesse Território.

Apesar de ser o maior Território em número de municípios e ser predominante agrícola, essa região ainda não possui escola que atendam a

demanda de formação nessa linha agrícola/agropecuária, nem de nível médio nem superior.

7 CONTEXTO POLÍTICO – INSTITUCIONAL

7.1 Caracterização do tecido social

Quanto a estrutura social organizativa do Território Vale do Guaribas identifica-se uma quantidade significativa e diversa de organizações sociais no Território: de sindicatos, cooperativas, centrais de comercialização, associações, conselhos gestores, comunidades quilombolas, assentados da reforma agrária e do Programa de Crédito Fundiário, pescadores artesanais, organizações não-governamentais ligadas a assessorias.

Percebe-se uma participação expressiva nas ações territoriais dos sindicatos de trabalhadores/as rurais, associações de produtores/as, comunidades quilombolas, cooperativas levando as mesmas a sentirem-se empoderadas para participarem das tomadas de decisões quanto os rumos do Território. Porém ressalta-se quanto à baixa participação de mulheres e jovens nas ações desenvolvidas no Território.

O Território é caracterizado por apresentar o maior numero de comunidades quilombolas do Estado do Piauí (citar comunidades), todas em processo de reconhecimento pelos órgãos públicos Fundação Palmares e INCRA.

Destaca-se entre as instituições não-governamentais:

- Sindicato (trabalhadores/as rurais, professores, comerciários, entre outros)
- Movimento dos Pequenos Agricultores/as – MPA
- Comissão Pastoral da Terra – CPT
- Cáritas - PI
- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST
- Associações de produtores rurais e assentados/as
- Associação de Comunidades Quilombolas

- Sindicato de pescadores
- Colônia de Pescadores de Paulistana e Bocaína
- Federação das Associações e Conselhos Comunitários do Piauí –

FAMCC

- Entidades de assessoria (CELTA, Macambira)
- União Mulheres Piauienses - UMP

Uma outra característica desse Território é o número de cooperativas constituídas, Esta é uma estratégia organizativa voltada para a geração e aumento da renda familiar, favorecendo o processo de organização e comercialização da produção familiar do Território. Segue a relação de cooperativas¹ presentes no Território:

- COMAVEG - Cooperativa Mista Agroindustrial do Vale do Guaribas Ltda. (Indústria de doce) – Picos – PI
- COOMASJUL - Cooperativa M. Agropecuária e Apícola da Região de São Julião Ltda - São Julião-PI
- COOAPI - Cooperativa Apícola da Grande Picos Ltda – Picos - PI
- COMAVINP - Cooperativa Mista Agropecuária e Apícola de Vila Nova do Piauí Ltda - Vila Nova do Piauí-PI
- COMASUL - Cooperativa Mista Agropecuária de Sussuapara Ltda. (Compra/Venda Produtos Agrícolas) - Picos – PI
- COAPAM - Cooperativa Agropecuária de Padre Marcos Ltda - Padre Marcos-PI
- COAMA - Cooperativa Mista Agropecuária e Apícola de Marcolândia Ltda - Marcolândia-PI
- CAMPIL - Cooperativa Apícola da Micro Região de Picos Ltda. (Industrialização) - Picos – PI
- COOPIX – Cooperativa Mista Agropecuária de Pequenos Produtores de Pio IX – Pio
- COOMAFS - Cooperativa Mista Agrícola de Francisco Santos Ltda -Francisco Santos – PI

¹ Fonte: Unicafe e site da OCEPI

- COMAGRIL - Cooperativa Agropecuária e Agroindustrial Ltda.- Santo Antônio de Lisboa – PI
- COOMACAPIL - Cooperativa Mista Agropecuária e Apícola Campo Grande do Piauí Ltda.- Campo Grande do Piauí-PI
- COMPAI - Cooperativa Mista de Pequenos Produtores de Itainópolis - Itainópolis-PI
- COOPPA - Cooperativa Mista Agrop. dos Peq. Produtores Rurais de Alagoinha do Piauí - Alagoinha do Piauí –PI
- Cooperativa Mista Agropecuária e Apícola de Pequenos Produtores de Alagoinha Piauí Ltda - Alagoinha –PI
- COAJA – Cooperativa Agropecuária de Jaicós Ltda. (Fabricação de Rações e Concentrados) - Jaicós – PI
- COMAUP - Cooperativa Mista Agropecuária de União e Progresso Ltda.- Paulistana - PI
- COOPIX - Cooperativa Mista Agrop. de Pequenos Produtores de Pio IX - Pio IX – PI
- COMAPIL - Cooperativa Mista Agropecuária de Alegrete do Piauí Ltda - Alegrete – PI
- COFRUP - Cooperativa de Produtores de Fruticultura da Microrregião de Picos .Ltda - Santo Antonio de Lisboa-PI
- COMASIL - Cooperativa Mista Agropecuária e Apícola de Simões Ltda. (Beneficiamento de Algodão) - Simões-PI
- CAMCAPIL - Cooperativa Mista Agrop. Apícola de Caridade do Piauí Ltda - Caridade do Piauí – PI
- COOMAP - Cooperativa Mista Agropecuária de Pequenos Produtores - Picos-PI
- COOAJA - Cooperativa Mista Agropecuária e Apícola de Jacobina do Piauí Ltda - Jacobina do Piauí-PI
- COCAJUPI - Central de Cooperativas de Cajucultores do Estado do Piauí – Picos – PI
- CASA APIS - Central de Cooperativas Apícolas do Semi-árido Brasileiro – Picos – Pi

- COMAACAPIL - Cooperativa Mista Agropecuária e Apícola de Campo Grande Piauí Ltda. - Campo Grande do Piauí;

CAJITA - Cooperativa Agroindustrial dos Cajucultores de Itainópolis Ltda. – Itainópolis – PI;

COMAMH - Cooperativa Mista Agroindustrial de Monsenhor Hipólito Ltda. – Monsenhor Hipólito;

COMASA - Cooperativa Mista Agroindustrial de Serra Aparecida – Pio IX.

- COMAF - Cooperativa Mista Agroindustrial de Francisco Santos – Francisco Santos;
- COMAJ- Cooperativa Mista Agroindustrial de Jaicós – Jaicós.

COOMAVINP Cooperativa Agropecuária e Apícola de Vila Nova do Piauí.

No campo governamental o Território está constituído por 39 prefeituras municipais, 39 câmaras de vereadores e representantes de órgãos estaduais: Emater Regional e escritórios municipais, Gerencias Regional de Educação instaladas nos municípios de Picos, Paulistana e Fronteiras, Gerencia Regional de Saúde instaladas nos municípios de Picos, Paulistana e Secretaria Estadual de Assistência Social localizada no município de Picos, além da Policia Militar e Civil.

Para o fortalecimento da estratégia de desenvolvimento territorial, a participação e envolvimento dos gestores públicos e organizações sociais é fundamental. Há uma fragilidade na dinâmica territorial não só quanto à participação, mas até mesmo quanto ao reconhecimento da legitimidade da ação territorial por parte das prefeituras municipais, câmaras de vereadores e órgãos estaduais.

A partir do momento em que determinados atores do Território adquirem canais privilegiados junto aos governos (municipal, estadual ou federal) para apresentarem suas reivindicações, esses atores também passam a não reconhecer a legitimidade do colegiado, já que a participação (e os custos inerentes a ela) não lhe seria necessária.

Fazendo uma leitura do contexto político partidário do Território pode observar um equilíbrio administrado pelos partidos PMDB, PSB e PTB . As

configurações estruturais do poderes publico municipais podem configurar conflitos políticos porem os pactos seriam melhores estabelecidos.

Essa situação pode acarretar e trazer algumas limitações e desafios a serem enfrentados no processo de consolidação da estratégia de desenvolvimento territorial. Entre o vários desafios identificados em relação à gestão social refere-se a discussão e definição de estratégias políticas e legais que possibilitem a articulação das instancias de gerenciamento e concertação das políticas públicas do Território.

No âmbito federal estão as agencias bancarias Banco do Brasil, Bando do Nordeste, Caixa Econômica Federal, IBAMA, CONAB, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, IBGE, INSS, Exército Brasileiro, Polícia Rodoviária Federal, Universidade Federal do Piauí – Campus Picos, IFET – Picos.

O Poder Judiciário está presente no Território através das Comarcas e do Ministério Público.

7.2 Gestão Territorial de Políticas Públicas

A gestão das ações territoriais vem sendo feita por duas instancias de gestão: Conselho Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Guaribas instalado a partir da Lei Estadual Nº 87 de agosto de 2007 e pelo Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Guaribas constituído a partir das Resoluções 48 e 52 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável – CONDRAF.

Essas instâncias, ambas paritárias reúnem representações governamentais e não governamentais do Território. Objetivam fazer o planejamento, monitoramento, avaliação, deliberação de recursos públicos e controle social de políticas públicas. Porém apresentam algumas particularidades em sua composição e dinâmicas de funcionamento, que seguem:

TABELA 25 – SITUAÇÃO DO COLEGIADO E CONSELHO TERRITORIAL

COLEGIADO TERRITORIAL	CONSELHO TERRITORIAL
Constituição:	Constituição

COLEGIADO TERRITORIAL	CONSELHO TERRITORIAL
Resolução do Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável N° 48 e 52	Lei Estadual N° 87 de agosto de 2007
<p>Composição</p> <p>Poder público (municipal, estadual e federal)</p> <p>Poder Legislativo (câmaras de vereadores)</p> <p>Sociedade civil (diversas representações do Território)</p> <p>A representação do poder público pode ser feita a partir da designação do/a gestor/a.</p> <p>Paritário (poder público e sociedade civil)</p>	<p>Composição</p> <p>Poder público (municipal e estadual)</p> <p>Poder Legislativo (câmaras de vereadores)</p> <p>Sociedade civil (02 representantes eleitos em assembléia municipal)</p> <p>A representação do poder público é obrigatoriedade ser prefeitos e vice-prefeitos ou presidentes de câmaras municipais.</p> <p>Paritário (poder público e sociedade civil)</p>
<p>Papel:</p> <p>Planejamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas.</p> <p>Deliberação de recursos públicos</p> <p>Controle Social das ações territoriais</p>	<p>Papel:</p> <p>Planejamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas;</p> <p>Priorização de ações para o orçamento estadual;</p> <p>Controle Social das ações territoriais;</p>
<p>Estrutura</p> <p>Plenário</p> <p>Núcleo diretivo (coordenação colegiada)</p> <p>Núcleo Técnico</p> <p>Câmaras temáticas</p>	<p>Estrutura</p> <p>Plenário</p> <p>Secretaria Executiva (presidente, vice-presidente e secretário)</p> <p>Câmaras temáticas</p>
<p>Dinâmica de funcionamento</p> <p>Assembléias Territoriais</p> <p>Reuniões do núcleo diretivo e</p>	<p>Dinâmica de funcionamento</p> <p>Assembléias Territoriais</p> <p>Eventos de capacitação</p>

COLEGIADO TERRITORIAL	CONSELHO TERRITORIAL
técnico	(oficinas, seminários,
Eventos de capacitação	intercâmbios, cursos entre
(oficinas, seminários,	outros)
intercâmbios, cursos entre	
outros).	

Um aspecto a ressaltar na composição dessas instancias refere-se a ampla maioria de instituições ligadas ao desenvolvimento rural (sindicatos, associações de produtores, comunidades quilombolas, pescadores/ entidades de assessoria, cooperativas, entre outras) que demonstra e afirma a definição pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário de Território rural. Porém desafia a inserção de temáticas relacionadas à saúde e educação, por exemplo, nas dinâmicas territoriais e agendas de debate dessas instancias.

Entre os vários desafios identificados em relação à gestão social refere-se a discussão e definição de estratégias políticas e legais que possibilitem a articulação das instancias de gerenciamento e concertação das políticas públicas do Território.

No Território Vale do Rio Guaribas, identifica-se ainda uma terceira instancia de gestão territorial, o Fórum de Desenvolvimento da Mesorregião do Araripe que neste caso reúne representações dos estados do Piauí, Ceará e Pernambuco. No caso do Piauí, a composição e representação, são em sua maioria com as mesmas instituições e pessoas que participam do Colegiado e Conselho Territorial.

Essa situação pode trazer algumas limitações e desafios a serem enfrentados no processo de consolidação da estratégia de desenvolvimento territorial. Têm-se três instancias com as mesmas funções, mas com dinâmicas de funcionamento e sentimento de pertencimento distinto. Observa-se um excessivo dispêndio de energias, recursos humanos e financeiros investidos nesses espaços, que poderiam ser feitos em apenas uma instancia possibilitando o fortalecimento e consolidação de uma instancia territorial que aglutine os interesses e demandas do poder público federal, estadual e municipal do ponto de vista da implementação de políticas públicas e

principalmente como espaço de articula e integra ações voltadas para o desenvolvimento do Território.

7.3 INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

7.3.1 PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO TERRITORIAL

O Governo do Estado do Piauí através da Secretaria de Planejamento SEPLAN está implementando uma estratégia de desenvolvimento. É o Planejamento Participativo Territorial onde se criou condições para transformar as regiões administrativas em Territórios de desenvolvimento sustentável, sendo assim distribuídos: onze Territórios e vinte e oito aglomerados de municípios. Cada Território transformou-se num espaço democrático, onde a comunidade tem voz e vez. Tem o envolvimento direto da sociedade e dos poderes públicos municipais que juntos devem identificar potenciais e limitações e proporem políticas públicas para diminuir as desigualdade e promover o desenvolvimento do Estado.

A ação governamental será efetivada mediante a formação do Plano Plurianual de Governo, das Diretrizes Orçamentárias, do Orçamento Anual nos Plano de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios e o Plano de Desenvolvimento do Estado do Piauí.

7.3.1.1 PRONAT

Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat).é promovido pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) e pelas parcerias estaduais e municipais com o objetivo planificar e implementar as ações promovidas nos Territórios rurais na promoção do desenvolvimento rural sustentável. Esta abordagem territorial não significa apenas uma escala dos processos de desenvolvimento a ser considerada, ela implica também um determinado método para favorecê-los. Nela, o desenvolvimento não é decorrência da ação verticalizada do poder público, mas sim da criação de condições para que os agentes locais se mobilizem em torno de uma visão de futuro, de um

diagnóstico de suas potencialidades e constrangimentos, e dos meios para perseguir um projeto próprio de desenvolvimento sustentável.

É assim que a perspectiva territorial do desenvolvimento rural sustentável permite a formulação de uma proposta centrada nas pessoas, que leva em consideração os pontos de interação entre os sistemas socioculturais e os sistemas ambientais e que contempla a integração produtiva e o aproveitamento competitivo desses recursos como meios que possibilitam a cooperação e co-responsabilidade ampla de diversos atores sociais.

Trata-se, portanto, de uma visão integradora de espaços, atores sociais, mercados e políticas públicas de intervenção, através da qual se pretende alcançar: a geração de riquezas com equidade; o respeito à diversidade; a solidariedade; a justiça social; a inclusão social

O PRONAT prevê disponibilizar um montante anual para cada Território em projetos específicos de:

- Infra-estrutura e Serviços territoriais. Planificação e aplicação de recursos em projetos de infra-estrutura e serviços territoriais. Critérios específicos serão fixados a cada ano que permitam aos Territórios planejar este aporte por cerca de cinco anos consecutivos.
- Capacitação. ações de capacitação de atores territoriais, gestores públicos, agentes de desenvolvimento e membros das entidades colegiadas, segundo as necessidades evidenciadas nos PTDRS, durante os cinco anos que compõem a primeira fase do Programa.
- Apoio às entidades associativas, à comercialização e à diversificação. As entidades associativas poderão concorrer a montantes específicos com projetos que venham a trazer soluções criativas para os problemas enfrentados pelo público componente da demanda social do MDA.
- Apoio às iniciativas de comércio e novos negócios. apoiará iniciativas dos Territórios que viabilizem arranjos dedicados a melhorar a capacidade comercial dos Territórios, promovam a economia e o comércio solidários, bem como incentivem a inovação em negócios que

venham a diversificar e consolidar as alternativas de renda e emprego no Território.

7.3.1.4 PROMESO

A Secretaria de Programa de Promoção do Ministério da Integração Nacional é a responsável pela coordenação do PROMESO - Programa de Promoção da Sustentabilidade dos Espaços Sub Regionais, que reúne um conjunto de ações estruturantes voltadas para a redução das desigualdades inter e intra social regionais brasileiras

O Programa se constitui num dos braços operacionais da Política Nacional de Desenvolvimento Regional formulada pelo Ministério da Integração Nacional

Neste contexto o Território do Vale do Rio Guaribas é parte integrante da Meso Região da Chapa do Araripe que engloba 3 estados brasileiros, onde a situação existente espelha um panorama de extrema desigualdade nos setores de educação fundamental, saneamento, saúde, distribuição de renda e desenvolvimento humano.

Sendo um Programa que tem como foco a gestão do desenvolvimento amparado no estímulo ao potencial e características econômicas, sociais e culturais próprias de cada região, o PROMESO busca constantemente a organização social e orienta as populações locais sobre as possibilidades concretas de desenvolvimento.

O Programa incentiva ainda a capacitação de pessoas e a criação de bases do associativismo e cooperativismo visando criar um ambiente propício ao desenvolvimento sustentável das Mesorregiões.

Neste cenário também tem destaque o esforço para a implantação de uma infra-estrutura mínima necessária ao crescimento econômico das regiões, como obras que não fazem parte de iniciativas de grande porte dos governos e, ainda, facilidades de acesso a financiamentos de baixo custo como, por exemplo, os fundos constitucionais e as agências de desenvolvimento

7.4 Reflexões sobre a gestão territorial

No ciclo da gestão social, temos três grandes processos que são desenvolvidos continuamente e de maneira complementar: o Planejamento, a Organização Social e a Controle Social.

Numa sociedade tão heterogênea, permeada por conflitos de interesses entre grupo e classes sociais, caracterizada pela existência de fortes níveis de desigualdade sociais, econômicas e políticas, construir a gestão social das políticas públicas e do desenvolvimento dos Territórios representa potencializar o exercício da cidadania.

A capacidade dos grupos sociais e organizações de um determinado lugar de se envolver em contatos sociais que culminam no exercício da cooperação e no estabelecimento de ações coletivas somente são animadas pelos laços de confiança, de solidariedade e de compromisso existente no tecido social.

Para o fortalecimento da estratégia de desenvolvimento territorial a participação e envolvimento dos diversos gestores públicos e organizações sociais é fundamental.

Identifica-se ainda, a fragilidade quanto à participação das prefeituras municipais e câmaras de vereadores, dos órgãos estaduais, com destaque para saúde e educação dimensões mais demandadas na dinâmica territorial. Apesar dos esforços implementados a organização social no Território, ainda é insipiente. No correr de anos criou-se varias de Associações, Sindicatos, Grupos de jovens, Grupos de Mães, Colônias, Conselhos, Fóruns, porem a maioria não tem funcionamento pleno. Cumprem parcialmente seus papeis porem não se resguardam da necessidade de oxigenação constante deste tecido social e hoje se deparam na fragilização de seus órgãos e/ou instituições

Dentre os desafios colocados para a superação dos entraves e para atuação efetiva do controle social no tocante as atribuições de cada componente deste processo destacam-se:

- Garantir a representatividade e diversidade das forças e dos atores sociais;
- Ampliar o enfoque das discussões ocorridas para interferir/contribuir nos

rumos do desenvolvimento;

- Garantir a diversidade e a pluralidade na participação;
- Construir capacidades de promoção de mudança no ambiente institucional;
- Buscar a legitimidade, ou seja representar posições institucionais e não pessoais;
- Levar/socializar e discutir as decisões das reuniões com suas bases.

Somente com organização social forte, imponderadas, parcerias articuladas e transparência no planejamento e aplicação dos recursos na implementação das Políticas Públicas poderemos acreditar na promoção sustentável do desenvolvimento Territorial.

SINTESE DA PROBLEMÁTICA IDENTIFICADA

Os problemas anteriormente aprofundados são apresentados a seguir segundo as dimensões do desenvolvimento.

DIMENSÃO SÓCIO-CULTURAL

SAÚDE

Problemas
Conselhos municipais de saúde são frágeis
Descumprimento da carga horária pelas equipes da Estratégia de Saúde de Família
Sociedade desconhece o funcionamento do Programa de Saúde Bucal
Baixa cobertura da Saúde Bucal
Serviços de Atenção Básica é insatisfeito e insuficiente
Maioria dos municípios não possuem infra-estrutura mínima para os serviços de saúde
Atendimento de média complexidade encontra-se sobrecarregada
Elevado número de acidentes de trânsito, provocando óbitos
Maioria dos municípios apresenta alta taxas de mortalidade infantil
Alta incidência de dengue na maioria dos municípios
Maioria dos municípios não possuem matadouros. Os que existem estão em péssimas condições de funcionamento
Serviços de Vigilância Sanitária e Epidemiológico são precários e equipe incompleta
Infraestrutura de Saneamento Básico é precária
Disseminação do uso de drogas
O PACS não atinge seus objetivos

EDUCAÇÃO

PROBLEMA
Educação Infantil é Precária e os professores não são qualificados.
Transporte Escolar com Baixa Qualidade e quantidade
Infra- estrutura física das escolas é inadequada,
Baixo número de espaços de aprendizagem, equipamentos auxiliares de ensino-aprendizagem, material didático
Qualificação para os profissionais de educação é insuficiente e insatisfatória
Persistência de turmas multisseriadas
Redução do nº de matrículas a cada modalidade de ensino
Elevada taxa de evasão escolar
Elevada taxa de analfabetismo entre jovens e adultos
Baixa oferta de cursos profissionalizantes para a área rural
Universidade Aberta não funciona (núcleo Padre Marcos)
Conselhos de educação são ineficientes, pouco atuantes e sem informação
Escolas têm baixa integração com a comunidade
Educação formal não contempla educação contextualizada
Alunos do ensino superior não dispõem de casa de apoio em Picos

Pedagogos, Psicopedagogos das escolas exercendo outras funções na escola
--

CULTURA, ESPORTE E LAZER

PROBLEMA
Espaços de lazer/esporte existente não estão disponíveis para comunidade
Poucos espaços disponibilizados para o esporte e lazer.
Prática esportiva pouca incentivada
Desconhecimento das expressões culturais do território
Manifestações culturais estão sendo esquecidas por não serem vivenciadas e valorizadas
Espaço físico do museu, em Picos, é pequeno para abrigar o patrimônio material do território
Meios de comunicação não valorizam a cultura local e são pouco educativas

DIMENSÃO AMBIENTAL

PROBLEMA
Rios do território encontram-se assoreados e com as áreas de preservação devastadas.
Solos apresentam-se degradados e erodidos
Desmatamentos e queimadas desordenados em virtude das atividades produtivas;
Exploração mineral desordenada, sem acompanhamento e fiscalização. Comunidade e poder público desconhecem as informações a respeito da exploração mineral.
Degradação da APA da Chapada do Araripe pela ação dos madeireiros. (APL GESSO , FARINHA,
Coleta e destino do Lixo são inadequados
Áreas naturais com inscrições rupestres e fosséis sem catalogação e sujeitas a depredação.
Turismo ecológico é pouco incentivado
Órgão federais de fiscalização com pouca atuação no Território – DNPM, IBAMA, SEMAR
Uso indiscriminado de agrotóxicos
Perfuração de poços é feita de forma indiscriminada

DIMENSÃO ECONOMICA

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

PROBLEMAS
Pequena Propriedade não dispõe de titulação, sendo normalmente terras de herança.
Elevado número de comunidades quilombolas sem território definido e sem titulação.

DIMENSÃO POLITICO-INSTITUCIONAL

PROBLEMA
Baixa participação de prefeituras e câmaras nas ações territoriais
Baixa participação das mulheres e jovens nas ações desenvolvidas no Território
Conselhos frágeis para o exercício de suas funções (baixo controle e social) (falta informação)

Organizações Sociais frágeis e com pouco acúmulo de temas de desenvolvimento territorial
Cooperativas, associação com problemas de articulação, organização e gestão
Representação das instâncias de gestão basicamente ligada à área rural/produtiva
Baixo acompanhamento das instâncias de gestão às ações priorizadas pelo território

SETOR PRODUTIVO

PROBLEMAS
Concentração espacial das atividades econômicas entre os municípios Picos e Fronteiras.
Dependência financeira dos municípios em relação às transferências da União.
Estruturas hídricas de armazenamento de água são subutilizadas
Várias Unidades de Beneficiamento de frutas, castanha, mel encontram-se fechadas
Preparo do solo é praticado de forma tradicional.
Assistência técnica prestada pelo EMATER é insuficiente – Não atende a todas as famílias e nem é constante
Uso indiscriminado de agrotóxicos
Monocultura do caju e da mandioca e do feijão tem levado o surgimento de inúmeras doenças e pragas
Cajucultores dependendo do preço definido pelas empresas que extraem o suco.
<i>Desperdício do pedunculo</i>
Elevado índice de analfabetismo entre os agricultores dificulta ação de capacitação
Ovinocaprinocultura tem baixo desempenho em virtude da baixa utilização dos manejos alimentar, sanitário e reprodutivo.
Linhas de créditos possuem muitas exigências e pouca fiscalização o que contribui para a inadimplência.
Pouca articulação entre os segmentos que compõem os APL
Secretarias municipais de agricultura e do meio ambiente pouco atuantes e ou meramente figurativas.

PLANIFICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Visão de Futuro da Dimensão Sócio-Cultural

Deseja-se a melhoria da qualidade dos serviços da saúde, bem com a redução das doenças, das internações, das taxas de mortalidade infantil e dos acidentes de trânsito. A partir de uma melhor e maior atuação das equipas dos diversos programas de saúde, bem como, da atuação efetiva da sociedade exercendo seu poder de elaboração e fiscalização das ações desenvolvidas em seus municípios e no Território.

Com o saneamento ambiental teremos a universalização do abastecimento de água potável, ampliação dos serviços da rede de esgoto e implantação de consórcios para tratar dos resíduos sólidos.

No que tange à educação espera-se que todas as crianças em idade escolar sejam assistidas com ensino de qualidade e contextualizado, que os profissionais da educação sejam valorizados, as escolas sejam inclusivas, adequadas a nossa realidade e mais atraentes e que promovam o envolvimento dos pais e alunos. Assim será garantido o avanço do ensino-aprendizagem, do desempenho dos alunos nas séries subsequentes, na redução da evasão escolar, na distorção idade série e no analfabetismo funcional. E que o ensino profissionalizante e superior preparem profissionais cidadãos, atendendo as demandas e as exigências do mercado de trabalho do território. Com tudo isto ter-se-á a redução do êxodo rural e o fortalecimento da Agricultura Familiar.

Com a valorização da cultura, do esporte e do lazer enseja-se maior envolvimento das gerações, oportunizando momentos de descontração e de promoção da saúde, com isto se fortalecerá o turismo e a economia do território.

Abaixo apresentamos os eixos, programas e projetos que promoverão o desenvolvimento do Território, segundo a dimensão sócio-cultural e seus temas correlatos:

SAÚDE

EIXO: FORTALECIMENTO INTEGRAL DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Programa: Estruturação dos Serviços de Saúde

- Ampliação dos recursos para o Programa de Saúde Bucal
- Ampliação e qualificação dos serviços de Atenção Básica
- Intensificação do monitoramento dos serviços prestados pela ESF
- Implantação da lei que estabelece o piso salarial dos AGS
- Instalação de UBAS nos municípios
- Intensificar os serviços de saúde preventiva
- Ampliação e qualificação dos serviços de média complexidade
- Garantia da quota de exames pactuados pelos municípios junto à Secretaria Municipal de Picos
- Garantia da quota de exames pactuados pelos municípios
- Realização de concursos para a contratação de mais profissionais e moralização dos serviços;
- Construção de matadouros municipais
- Reestruturação da equipe de vigilância sanitária para uma atuação eficiente.

Programa: Ampliação dos Serviços de Saneamento Ambiental

- Ampliação da rede de esgoto sanitário
- Universalização dos serviços de abastecimento de água potável e unidades sanitárias;
- Constituição de consórcios públicos para os resíduos sólidos;

- Instituição da Coleta Seletiva
- Implantação de unidades de reciclagem e reutilização dos resíduos.

Programa: Sensibilização da Sociedade

- Realização de campanhas educativas sobre o trânsito
- Intensificação das campanhas educativas junto as gestantes para a redução da mortalidade materna e infantil;
- Intensificação de campanha contra a gravidez indesejada
- Intensificação das Campanhas de sensibilização para o combate da dengue

Programa: Combate às drogas lícitas e ilícitas

- Criação de espaços para as práticas esportivas e de lazer;
- Implantação de Postos da Polícia Rodoviária Federal em Paulistana e Fronteiras;
- Realização de Campanhas educativas junto às famílias, escolas e sociedade;
- Estruturação de Centros de Recuperação eficientes para usuários de drogas;
- Atuação integrada das polícias federal, civil e militar para o combate do tráfico;
- Intensificação da atuação do Ministério público para coibir a venda de bebida alcoólica para menores de 18 anos.

EDUCAÇÃO

EIXO: DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

Programa: Melhoria da infra-estrutura das escolas;

- Melhoria da infraestrutura física das escolas, inclusive com acessibilidade para os alunos especiais (instalação elétricas, hidráulicas)
- Aquisição de equipamentos/móveis: ventiladores, ar condicionado, data show, computadores, mesas, armários, cadeiras, dentre outros;
- Construção de escolas adequadas para o ensino infantil;
- Aquisição de transporte escolar adequado (microônibus, vans);
- Aquisição de terrenos para a construção de quadras esportivas;
- Construção de novas escolas obedecendo as demandas local.
- Construção e estruturação de Escola Família Agrícola;
- Construção e estruturação das Escolas Agrotécnicas de Paulistana, Picos.
- Construção da casa de apoio para estudantes secundaristas das escolas técnicas e universitários;
- Implantação e estruturação de bibliotecas e de laboratórios públicos nas escolas.

Programa: Formação Continuada

- Intensificar a formação dos profissionais de educação, inclusive para trabalhar com alunos especiais;
- Qualificação específica para os profissionais: uso de equipamentos áudio- visuais;
- Realizações de campanhas educativas para trabalhar diversos temas.

Programa: Melhoria da qualidade e ampliação do ensino

- Ampliação da oferta e/ou implantação de cursos na área rural/produtiva;
- Intensificação do acompanhamento dos pais na escola;
- Implantação de Escolas de Tempo Integral;
- Implantação do Programa Saúde na Escola;
- Realização de eventos que integrem escola- família e comunidade;
- Implantação da educação contextualizada;
- Implantação de educação em regime de alternância

- Instituição de premiações nas escolas em reconhecimento aos esforços realizados;
- Nucleação de alunos e escolas;
- Implantação e efetivação de programas de alfabetização: BB Educar, Brasil Alfabetizado, Projovem Saberes do Campo;
- Implantação do atendimento do psicopedagogo e pedagogo nas escolas;

CULTURA, ESPORTE E LAZER

EIXO: DESENVOLVIMENTO CULTURA, ESPORTE E LAZER

Programa: Incentivo a práticas desportivas

- Fortalecimento dos campeonatos municipais e dos jogos escolares;
- Apoio financeiro ao esporte amador
- Promoção de atividades esportivas: Capoeira, judô, atletismo, danças, entre outras.

Programa: Infraestrutura para o Esporte, Cultura e Lazer

- Construção e manutenção de quadras esportivas nas escolas e nos povoados;
- Construção ou adaptação de espaços para as manifestações teatrais
- Construção e manutenção de campos de futebol e de quadras poliesportivas;
- Construção de infra-estrutura de lazer nas barragens;
- Implantação de áreas de lazer, com espaços para caminhadas;
- Instalação de novos pontos de cultura;

Programa: Valorização e Fortalecimento das Manifestações Culturais

- Elaboração e divulgação do calendário cultural;

- Fortalecimento dos eventos culturais, festas tradicionais, religiosas nos aglomerados e no Território;
- Mapeamento e divulgação de pinturas rupestres, dos pontos turísticos, manifestações culturais, danças e festas;
- Inserção do tema da cultura local para ser trabalhado nas escolas;
- Promoção do Turismo valorizando os eventos culturais do território;
- Resgate e valorização da cultura das comunidades quilombolas;
- Resgate e valorização de todas as culturas e da gastronomia regional

Programa: Valorização do Patrimônio Histórico e cultural

- Ampliação e/ou melhoria do espaço físico e Aquisição de estrutura logística para os Museus do Território
- Melhoria e conservação do patrimônio histórico tombado e dos arquivos públicos;
- Viabilização de custeio para a manutenção do Museu.
- Implantação de política de marketing para a divulgação do Museu.

Programa: Democratização e difusão da informação, das artes e da cultura

- Criação de programas culturais específicos com atrações da região;
- Prefeituras garantirem espaços para divulgação da cultura local;
- Implantação de novas rádios comunitárias;
- Ampliação do sinal dos canais estaduais de TV para os municípios do Território;

Visão de Futuro da Dimensão Ambiental

No final do período previsto para a execução desse Plano espera-se um meio ambiente saudável, com o uso sustentável dos recursos e a população tendo melhor qualidade de vida. Para isso a população deverá estar

mais consciente e vendo a necessidade de minimizar os danos provocados pela exploração indiscriminada dos recursos naturais. Almeja-se que as áreas degradadas estejam recuperadas e que as fiscalizações e monitoramentos estejam acontecendo a contento. Além disso, os recursos financeiros advindos dessa extração deverão estar sendo utilizados para a melhoria dos municípios e/ou recuperação das áreas.

Os resíduos sólidos, por sua vez serão coletados regularmente, tanto na área urbana quanto na rural e tendo seu destino final adequado. Desta forma será minimizada a contaminação do meio ambiente.

As áreas com aptidão turística estarão sendo exploradas racionalmente, inclusive com visitas aos sítios arqueológicos identificados e catalogados. Nesse sentido o turismo estará sendo vetor do fortalecimento da economia.

EIXO: DESENVOLVIMENTO COM SUSTENTABILIDADE

Programa: Conservação e Preservação do Meio Ambiente

- Revitalização dos rios e riachos;
- Reflorestamento de mata ciliares;
- Realização de campanhas de educação ambiental;
- Elaboração e distribuição de cartilhas, folders e produção de audiovisuais;
- Intensificação da fiscalização da venda e do uso de agrotóxicos, das queimadas, retirada de areia do leito dos rios, desmatamentos...;
- Ampliação da fiscalização sobre a abertura de poços;
- Implantação de corredores ecológicos entre as propriedades;
- Revitalização da APA da Chapada do Araripe.

Programa: Fortalecimentos da Agroecologia

- Incorporação e ampliação do uso de tecnologias sustentáveis
- Uso de Plantio agroecológico;
- Uso de cultivo consorciado;
- Intensificação do Uso dos Defensivos Naturais;
- Promoção de intercâmbios através de visitas, para troca de experiências, em práticas agroecológicas;

Programa: Exploração Sustentável dos Recursos Minerais

- Realização de audiências públicas/seminários sobre a exploração mineral
- Efetivação dos EIA/RIMA da prática da mineração
- Aplicação da arrecadação oriunda da mineração em obras de infraestrutura;
- Recuperação das áreas degradadas
- Realização de estudo sócio-econômico sobre a atividade mineradora na região;

Programa: Fortalecimento do Turismo Ecológico

- Mapeamento e catalogação dos sítios arqueológicos (União, Estado, Município)
- Recuperação das inscrições rupestres degradadas;
- Marketing para divulgação dos sítios arqueológicos;
- Estruturação dos municípios para o turismo (hotel, guias, capacitação dos setores)
- Definição de rotas turísticas: gastronômicas, rurais, arqueológicas, de negócio, dentre outras.

Visão de Futuro da Dimensão Econômica

Quanto a situação fundiária espera-se a efetivação de uma política para promoção da regularização das terras dos pequenos e médios agricultores e das comunidades quilombolas como forma de garantir o acesso destes ao crédito, a implantação de projetos de infraestrutura, obtenção da renda familiar e da segurança alimentar. Além disso, deve-se oportunizar espaços, como forma de reconhecimento da participação das mulheres e dos jovens no processo de produção da agricultura familiar.

Com relação às atividades produtivas espera-se seu fortalecimento para a consolidação dos arranjos produtivos já priorizados pelo Território. Bem como a garantia da Assistência Técnica sistemática e de qualidade que oriente os agricultores familiares para a adoção dos princípios agroecológicos.

Almeja-se maiores investimentos nas estruturas de beneficiamento e processamento da produção, no fortalecimento das organizações dos agricultores familiares, bem como na criação de oportunidades para a comercialização da produção.

A Utilização dos potenciais existentes nos municípios promoverá a descentralização das atividades econômicas e a melhor distribuição dos benefícios para a população do Território.

EIXO: DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SUSTENTÁVEL

Programa: Regularização Fundiária

- Regularização e titulação das terras com incentivo da redução das taxas para os agricultores familiares
- Campanhas de sensibilização dos herdeiros/proprietários para a manutenção das terras regularizadas;

- Desburocratização dos serviços cartoriais para as pequenas propriedades da agricultura familiar
- INCRA efetivar o projeto de reconhecimento e titularização das terras das comunidades Quilombolas, incluindo o nome do/da cônjuge/parceiro(a);
- INCRA promover e agilizar a regularização e a titularização das áreas de reforma agrária, incluindo o nome do/da cônjuge/parceiro(a);
- Agilização da liberação das CCIR emitidas pelo INCRA

Programa: Sustentabilidade Econômica dos Municípios

- Implantação de projetos para o aproveitamento das potencialidades locais;
- Instituição da Política de Incentivo fiscal no Território, para atrair novos empreendimentos;
- Implementação da cobrança pelas prefeituras dos impostos previstos;
- Realização de campanhas incentivando a formalização dos empreendimentos;
- Realização de campanhas esclarecedoras junto a prefeituras para aproveitar das oportunidades de arrecadação;
- Isonomia dos impostos no estado para evitar as evasões e sonegação de divisas nas zonas de fronteiras;
- Intensificação da fiscalização nos posto de arrecadação.

Programa: Recursos Hídricos – Oportunidades de geração de renda

- Disseminação e Fortalecimento da Piscicultura, da Olericultura e Fruticultura Irrigada;
- Implantação de espaços para o Lazer e o Turismo;
- Definição da estratégia de gestão e a garantia de recursos (humanos e financeiros) para a unidade de beneficiamento de pescado, em Bocaína;
- Incentivar a organização dos pescadores e criadores de peixes;
- Capacitação dos criadores de peixes;

- Implantação de Projetos que promovam o aproveitamento dos resíduos da atividade pesqueira;

Programa: Fortalecimento das APL instaladas no Território

- Revisão do zoneamento agrícola, com foco na agricultura familiar, garantindo a participação dos técnicos e organizações dos agricultores familiares da região;
- Mapeamento e definição de estratégias de funcionamento das unidades de beneficiamento fechadas;
- Reforma e adequação das agroindústrias, segundo legislação vigente;
- Fortalecer as organizações dos agricultores e criadores para a produção, o beneficiamento e a comercialização;
- Implantação de unidades de beneficiamento do pedúnculo do caju
- Capacitação dos produtores e criadores (produção, beneficiamento, comercialização e gestão de negócio)
- Construção e Melhoria das infra-estruturas existentes: apriscos com definição de divisórias;
- Implantação de área com pastagens (palma, leucena, algaroba)
- Aquisição de implementos para as unidades de produção (Fenação e Silagem);
- Incentivar o manejo correto da caatinga
- Criação e fortalecimento das câmaras técnicas
- Ampliação da produção do mel com a distribuição de colméias, construção de casa de mel e garantia da assistência técnica;
- Estruturação do frigobode instalado em Jaicós, garantindo custeio para funcionamento e definindo a estratégia de gestão;

Programa: Fortalecimento da Agricultura Familiar

- Viabilização de assistência técnica pública ou privada;
- Capacitação para uso de tecnologias alternativas;
- Incorporação de tecnologias alternativas nos roçados;

- Implantação de unidades experimentais das cadeias produtivas;
- Confecção e distribuição de cartilhas de orientação das cadeias produtivas;
- Avaliação do impacto dos cursos de capacitação realizados;
- Realização de intercâmbio para a troca de experiências bem sucedidas;
- Garantia de assistência técnica para grupo de mulheres trabalhadoras;
- Estudos de cadeia produtiva e plano de negocio dos empreendimentos dos grupos de mulheres;
- Realização de feira territorial para os grupos produtivos de mulheres.
- Criação do programa Equipe de Assistência à Família da Agricultura Familiar

Programa: Convivência com o Semiárido

- Desenvolvimento de ações e atividade que reforcem a identidade do cidadão do semiárido;
- Universalização das cisternas de placa para consumo humano;
- Ampliação do acesso a segunda água destinada a produção agropecuária;
- Ampliação do acesso a Linha de crédito PRONAF Semiárido;
- Intensificação da fiscalização da aplicação dos recursos e qualidade dos serviços prestados;
- Mapeamento da necessidade para a construção de mais cisternas no Território.

Visão de Futuro da Dimensão Institucional

No que tange a dimensão institucional espera-se o fortalecimento das instâncias de gestão que existem no Território a partir da participação efetiva das organizações existentes e do poder público, que as instituições possam se articular melhor, vivenciando o ciclo do planejamento, como forma de racionalizar e otimizar a aplicação dos recursos públicos, garantindo assim a realização de ações que promoverão a melhoria da qualidade de vida da sociedade. Espera-se que os órgãos executores façam boa aplicação dos recursos públicos, que sejam transparentes, e uma atuação firme dos conselhos exercendo o controle social.

EIXO: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Programa: FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES

- Implantação e funcionamento de câmaras técnicas;
- Capacitações continuadas em associativismo e cooperativismo;
- Fortalecimento da gestão e articulação de políticas públicas com sociedade civil, poder público e rede estadual;
- Fortalecimento dos conselhos;
- Fortalecimento da Rede Estadual de Colegiados e do Fórum de Mulheres.

Programa: Controle Social das Políticas Públicas

- Mudança da lei dos conselhos, inserindo itens quanto à corresponsabilidade, remuneração e eleição, a exemplo do Conselho Tutelar;
- Formação continuada dos conselheiros;

- Intensificação da fiscalização quanto à aplicação dos recursos e a qualidade dos serviços prestados;
- Intensificação da fiscalização do Conselho Nacional junto aos órgãos executores e conselhos;
- Disseminação das informações a respeito dos programas.

Programa: Gestão Democrática das Políticas Públicas

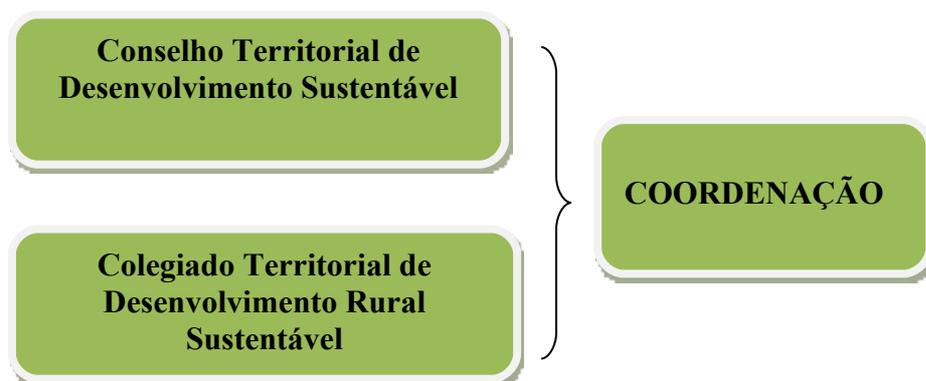
- Criação de mecanismos para operacionalização de convênios e projetos pelos agentes executores
- Valorização dos profissionais;
- Intensificação da Fiscalização;
- Transparência da atividade
- Desvinculação das secretarias de agricultura e do meio ambiente;
- Reformulação das normas da Caixa Econômica Federal para a contratação dos projetos;

Programa: Estruturação dos Órgãos Descentralizados dos Governos

- Realização de concurso público para a ampliação do quadro profissional;
- Aparelhamento dos órgãos ambientais de fiscalização
- Descentralização da ação da SEMAR e do INCRA com a criação de agências/gerências regionais.
- Estruturação das secretarias agricultura e do meio ambiente;
- Criação de Fundos Municipais para as secretarias de Agricultura e do Meio Ambiente;
-

GESTÃO DO PLANO TERRITORIAL

A gestão do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Vale do Guaribas será feito inicialmente, por uma coordenação compostas por representantes das duas instancias de gestão existentes no Território: Conselho Territorial e Colegiado Territorial. Para tanto, deverá ser observado as questões da paridade entre instituições governamentais e não governamentais e preferencialmente deverá ter representantes dos quatros aglomerados.



Esta coordenação será responsável pelo processo de transição garantindo e organizando momentos para se discutir as estratégias que serão adotadas rumo a unificação. Além disto, inicialmente, ela fará a articulação, pactuação e negociação do Plano Territorial, entre as três esferas de governo e as respectivas esferas governamentais em vista a implementação das ações programadas no Plano. Caberá ainda a essa instancia a atribuição de realizar o monitoramento da execução das ações previstas.

O plano contempla ações das quatro dimensões de desenvolvimento - Econômico, Social, Político, e Ambiental - sendo necessária a instalação de câmeras técnicas temporárias ou permanentes que auxiliarão no processo de monitoramento da execução das ações, debates, análises e proposições em torno das políticas setoriais. A interação e integração da coordenação com os grupos temáticos é um elemento fundamental para o sucesso deste processo que está buscando sua consolidação.

ANEXOS

Quadro 2 - População residente e densidade demográfica

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO			DENSIDADE	ÁREA(Km ²)
	URBANA	RURAL		TOTAL	Hab/Km ²
Acauã	1.166	5.134	1.029,41	6.300	6,12
Alagoinha do PI	2.445	5.002	448,10	7.447	16,62
Alegrete do PI	2.510	1.972	281,27	4.482	15,93
Aroeira do Itaim	254	2.400		2.654	
Belém do PI	1.286	1.502	221,00	2.788	12,62
Betânia do PI	1.462	7.850	1.092,31	9.312	8,53
Bocaina	1.693	2.346	257,30	4.039	15,70
Caldeirão Grande do PI	1.563	4.059	514,31	5.622	10,93
Campo Grande do PI	1.519	4.126	291,58	5.645	19,36
Caridade do PI	1.511	3.072	423,37	4.583	10,83
Curral Novo do PI	1.266	3.632	765,53	4.898	6,40
Dom Expedito Lopes	3.401	3.131	219,00	6.532	29,83
Francisco Macedo	861	1.394	117,32	2.255	19,22
Francisco Santos	3.560	4.733	569,50	8.293	14,56
Fronteiras	6.730	4.324	789,83	11.054	14,00
Geminiano	1.061	4.194	471,57	5.255	11,14
Itainópolis	2.615	8.469	810,75	11.084	13,67
Jacobina do PI	886	4.711	1.443,25	5.597	3,88
Jaicós	7.811	9.015	854,34	16.826	19,69
Marcolândia	5.590	1.564	137,07	7.154	52,19
Massapê do PI	878	5.550	525,62	6.428	12,23
Monsenhor Hipólito	3.092	4.071	391,30	7.163	18,31
Padre Marcos	2.744	4.596	319,12	7.340	23,00
Paquetá	559	3.972	448,00	4.531	10,11
Patos do PI	1.560	4.611	723,27	6.171	8,53
Paulistana	9.810	7.120	1.751,99	16.930	9,66
Picos	54.648	15.802	803,26	70.450	87,70
Pio IX	5.018	12.105	1.948,84	17.123	8,79
Queimada Nova	1.023	8.123	1.499,87	9.146	6,10
Santana do PI	1.914	2.927	140,68	4.841	34,41
Santo Antonio de Lisboa	3.601	2.128	395,79	5.729	14,47
São João da Cana Brava	1.270	3.094	470,95	4.364	9,27
São José do PI	2.030	4.778	330,72	6.808	20,59
São Julião	2.776	3.132	298,10	5.908	19,82
São Luís do PI	719	1.877	219,90	2.596	11,81
Simões	5.535	8.199	1.023,92	13.734	13,41
Sussuapara	1.414	4.123	220,07	5.537	25,16
Vera Mendes	999	2.098	310,37	3.097	9,98
Vila Nova do PI	682	2.348	167,96	3.030	18,04
Total/Média	149.462	183.284		332.746	17
Percentual	44,92	55,08	22.726,54	10,97	
População estimada do estado		3.032.421			251.529,19

FONTE: IBGE Contagem da população 2007

Quadro ____ Óbitos Infantis e Nascidos Vivos por Município - 2007

Município	Óbitos Infantis	Nascidos Vivos	Proporcionalidade de Óbitos Infantis/ Nascidos Vivos
Acauã	0	105	0
Alagoinha do Piauí	1	127	0,79
Alegrete do Piauí	0	62	0
Aroeiras do Itaim	1	26	3,84
Belém do Piauí	1	49	2,04
Betânia do Piauí	2	141	1,41
Bocaina	1	61	1,64
Caldeirão Grande do Piauí	3	85	3,53
Campo Grande do Piauí	3	107	2,80
Caridade do Piauí	1	89	1,12
Curral Novo do Piauí	3	96	3,30
Dom Expedito Lopes	1	90	1,11
Francisco Macedo	1	41	2,43
Francisco Santos	1	120	0,83
Fronteiras	1	184	0,54
Geminiano	2	101	1,98
Itainópolis	5	147	3,40
Jacobina do Piauí	5	95	5,26
Jaicós	8	552	1,44
Marcolândia	3	159	1,88
Massapé do Piauí	1	96	1,04
Monsenhor Hipólito	3	125	2,4
Padre Marcos	0	102	0
Paquetá	0	60	0
Patos do Piauí	2	115	1,70
Paulistana	7	412	1,70
Picos	27	1.205	2,24
Pio IX	4	294	1,36
Queimada Nova	4	108	3,70
Santana do Piauí	0	65	0
Santo Antônio de Lisboa	1	89	1,12
São João da Canabrava	2	74	2,70
São José do Piauí	3	111	2,70
São Julião	0	95	0
São Luís do Piauí	2	55	3,63
Simões	6	268	2,23
Sussuapara	3	96	1,11
Vera Mendes	3	65	4,61
Vila Nova do Piauí	2	46	4,35
Total do Território	113	5.918	1,90

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - 2007

TABELA 10 - PONTOS DE CULTURA SELECIONADOS E EM PROCESSO DE CONVÊNIO

Município	Entidade
Santo Antônio de Lisboa	Assoc. de Mor. e Prod. Rurais de Cantinho
Itainópolis	Assoc. de Mulheres Agric. de Itainópolis
Alegrete do Piauí	Fund. Educativa e Cult. de Alegrete do Piauí
Queimada Nova	Coord. Estad. das Comunidades Quilombolas
Francisco Santos	Sindicato dos Servidores Públicos Municipais
Pio IX	Sindicato dos Trabalh. Rurais de Pio IX
São Julião	Associação de Porcos, Macacos e Região
Campo Grande do Piauí	Assoc. Com.N.Horizonte de Cult.D. e Comuc
Alagoinha do Piauí	Assoc. dos Prod. Agrop.Artesanato - Recanto
Fronteiras	Grupo Teatral Gritos e Risos
Vila Nova do Piauí	Soc.Amigos da Bibliot. "Patativa do Assaré"
Francisco Macedo	Assoc. Com. dos Mor. de Francisco Macedo

Jaicós	Fund. Educ. e Cultural São Fco. de Assis
Simões	Assoc. Quilombola Belomonte dos Cupiras
Paulistana	Assoc. de Desenv. Quilomb. Com.S.Marti

Quadro 2 – RANKING DAS ECONOMIAS DO TERRITÓRIO VALE DO RIO GUARIBAS

Municípios	Posição
Picos	1º
Fronteiras	2º
Paulistana	3º
Pio IX	4º
Jaicós	5º
Simões	6º
Itainópolis	7º
Santo Antônio de Lisboa	8º
Francisco Santos	9º
São José do Piauí	10º
Queimada Nova	11º
Monsenhor Hipólito	12º
Caldeirão Grande do Piauí	
Piauí	13º
Patos do Piauí	14º
Padre Marcos	15º
Betânia do Piauí	16º
Alagoinha do Piauí	17º
Marcolândia	18º
São Julião	19º
Sussuapara	20º
Jacobina do Piauí	21º
Campo Grande do Piauí	22º
Acauã	23º
Geminiano	24º
Alegrete do Piauí	25º
São João da Canabrava	26º
Massapê do Piauí	27º
Bocaina	28º
Santana do Piauí	29º
Vila Nova do Piauí	30º
Caridade do Piauí	31º
Curral Novo do Piauí	32º
Vera Mendes	33º
Belém do Piauí	34º
Francisco Macedo	35º
São Luis do Piauí	36º

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de IBGE (2006)

Nota: Não incluídos Paquetá, Dom Expedito Lopes e Aroeira do Itaim

Tabela 18 – Geração de emprego por setores da economia

Município	Comércio	Serviços	Indústria	Rurais
Acauã	0	123	0	0
Alagoinha do Piauí	0	123	9	0
Alegrete do Piauí	1	100	0	0
Aroeira do Itaim*	-	-	-	-
Belém do Piauí	0	29	0	0
Betânia do Piauí	1	88	0	0
Bocaina	0	137	3	0
Dom Expedito Lopes*	-	-	-	-
Caldeirão Grande do Piauí	0	85	0	0
Campo Grande do Piauí	1	158	0	0
Caridade do Piauí	0	134	0	0
Curral Novo do Piauí	0	122	0	0
Francisco Macedo	0	35	0	0
Francisco Santos	2	72	2	0
Fronteiras	7	229	579	0
Geminiano	0	129	8	0
Itainópolis	3	199	3	0
Jacobina do Piauí	1	98	0	0
Jaicós	24	314	17	2
Marcolândia	1	129	0	2
Massapê do Piauí	0	65	0	0
Monsenhor Hipólito	1	74	3	0
Padre Marcos	11	104	72	0
Paquetá*	-	-	-	-
Patos do Piauí	0	133	104	0
Paulistana	68	347	32	3
Picos	2.432	1.311	587	10
Pio IX	5	238	78	401
Queimada Nova	9	115	48	0
Santana do Piauí	7	112	0	0
Santo Antônio de Lisboa	2	94	21	0
São João da Canabrava	0	106	5	0
São José do Piauí	1	202	2	0
São Julião	0	158	3	0
São Luis do Piauí	0	76	0	0
Simões	16	348	6	0
Sussuapara	0	108	41	0
Vera Mendes	0	35	0	0
Vila Nova do Piauí	5	0	0	0
Território	2.623	6.201	1.641	418

Fonte: SNIU

*Dados não disponíveis

ANEXO xx

Quadro ___ - Pontos de Cultura em Processo de Convênio

Município	Entidade Responsável
Santo Antônio de Lisboa	Associação de Moradores e Produtores Rurais de Cantinho
Itainópolis	Associação de Mulheres Agricultoras de Itainópolis
Alegrete do Piauí	Fund. Educativa e Cultural de Alegrete do Piauí
Queimada Nova	Coord. Estad. das Comunidades Quilombolas
Francisco Santos	Sindicato dos Servidores Públicos Municipais
Pio IX	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pio IX
São Julião	Associação de Porcos, Macacos e Região
Campo Grande do Piauí	Associação Comunitária Novo Horizonte de Cultura, Desportos e Comunicação
Alagoinha do Piauí	Associação dos Produtores Agropecuários e de Artesanato - Recanto
Fronteiras do Piauí	Grupo Teatral Gritos e Risos
Vila Nova do Piauí	Sociedade de Amigos da Biblioteca.

	“Patativa do Assaré”
Francisco Macedo	Associação. Comunitária. dos Moradores. de Francisco Macedo
Jaicós	Fundação. Educacional. e Cultural São Francisco. de Assis
Simões	Associação. Quilombola Belomonte dos Cupiras
Paulistana	Associação. de Desenvolvimento. Quilombola e . Comunidade .São Martins

RÁDIOS COMUNITÁRIAS		RÁDIOS AM/FM	
NOME	MUNICÍPIO	NOME	MUNICÍPIO
Associação comunitária de radiodifusão, cultural, esporte e lazer de Alagoinha do Piauí	Alagoinha do Piauí	Radio cidade modelo ltda	Picos
Fundação Rosa Leal	Bocaina	Fundação de apoio a comunicação crista – facc	Picos
Associação de comunicação, cultura e desporto do município de Dom Expedito Lopes do Piauí (ACCD-DEL)	Dom Expedito Lopes	Radio Grande Picos LTDA	Picos
Fundação Fronteiras	Fronteiras	Radio Grande Picos LTDA	Picos
Associação Cultural Comunitaria de Itainópolis-ACCI	Itainópolis	Alagoas Comunicação LTDA	Pio IX
Fundação Senador Waldemar de Moura Santos	Picos		
Associação Comunitaria de rádio de Pio IX	Pio ix		
Associação de Rádio Comunitária de Queimada Nova – PI	Queimada nova		
Associação Comunitaria Canabravense de Desenvolvimento Socio-Cultural – ACCDESC	São João da Cabrava		
Fundação Paulo Bezerra de Sousa	São José do Piauí		
Associação São Julianoense de Desporto Cult. e turismo	São Julião		

Associação de Desenv. Comunitario do Morro do Chapeu do piau	Simões		
Associação Cultural e Educativa de Sussuapara	Susuapara		

TABELA 28 – Áreas de Assentamento do CREDITO FUNDIÁRIO, INCRA e INTERPI.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL –SDR

Quadro Com Dados de Assentamentos do Banco da Terra

Municípios	Assentamentos	Nº de Fam	Área HA	Valor Para Aquisição do Imóvel Rural				Data do Contrato /Vencimento
				Terra Nua Benf. R\$ 1,00	Infraestrutur a R\$ 1,00	Outros	Total	
Dom Expedito								
Lopes	APRODEL	30	1.200	185.000,00	146.000,00	11.282,00	342.282,00	Nov.01/Nov05
Patos	Palma	30	904	135.000,00	220.500,00	10.410,00	365.910,00	Nov.01/Nov05
Geminiano	Bem-Ti-Vi	45	340	259.000,00	259.000,00	9.841,00	398.841,00	Dez.01/Dez05
São João da Canabrava	S. J. Canabrava	17	684.90	114.600,00	114.600,00	7.800,00	204.000,00	Abr.02/Abr.06
	Conceição/M. Junior	19	680	99.568,00	99.568,00	11.613,00	228.017,00	Dez.01/Dez05
TOTAL	5 ASSENTAMENTOS	141	3.124,00	6.835.781,00	7.849.228,00	516.473,00	15.085.890,00	

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO - MDA
 SECRETARIA DE REORDENAMENTO AGRARIO - SRA
 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ -SEPLAN
 COORDENADORIA DE CREDITO FUNDIÁRIO DO ESTADO DO PIAUI- CCF

<i>MUNICÍPIO</i>	<i>ASSOCIAÇÃO</i>	<i>QT. ha</i>	<i>Nº FAM</i>	<i>VALOR DO SAT</i>	<i>VALOR DO SIC</i>	<i>TOTAL DO PROJETO</i>
Campo Grande do Piauí	dos Trab. Rurais Sem Terra da Local. Chapada da Aroeira	1.025,80	40	155.531,41	406.468,59	562.000,00
Campo Grande do Piauí	dos Trab. Sem Terra da Local. Serra do Caroá	118,99	10	31.128,79	109.671,21	140.800,00
Caridade	dos Peq. Produtores Rurais da Localidade Baixas	278,20	15	31.191,50	178.808,50	210.000,00
Caridade	dos Peq. Produtores Rurais da Localidade Caraíbas	377,30	20	42.409,00	237.591,00	280.000,00
Caridade	dos Pequenos Produtores da Localidade Ipueirinha	332,80	17	35.717,00	202.283,00	238.000,00
Caridade	dos Peq. Produtores Rurais da Localidade Jorge de Baixo	544,34	22	57.899,28	250.100,72	308.000,00
Caridade	dos Trab. Rurais da Lagoa Comprida	270,00	13	35.034,24	147.765,76	182.800,00
Caridade	do Desenv. Comunit. Dos Morad. Do Jequi	449,04	18	87.059,74	164.541,26	251.601,00
Caridade	dos Peq. Prod. Rurais da Local. Divisão	302,06	16	28.707,37	196.792,63	225.500,00
Caridade	dos Peq. Prod. Rurais da Local. Tabuleiro	1.013,46	41	133.118,23	442.881,77	576.000,00
Curral Novo	dos Peq. Produtores Rurais da Localidde	516,00	21	50.825,70	243.174,30	294.000,00

MUNICÍPIO	ASSOCIAÇÃO	QT. ha	Nº FAM	VALOR DO SAT	VALOR DO SIC	TOTAL DO PROJETO
(Caridade)	Tabuleiro					
Francisco Santos	de Melhoram. Agrícola do Caldeirão de Brinquedo	754,22	22	86.792,80	221.207,20	308.000,00
Francisco Santos	dos Peq. Produtores Rrais da Serra do Mato Verde	504,00	23	94.289,00	227.711,00	322.000,00
Francisco Santos	dos Trab. Sem Terra da Loc. Serra dos Morros	434,00	20	82.107,00	197.893,00	280.000,00
Francisco Santos	dos Peq. Prod. Rurais de Granada	95,15	10	20.171,80	140.628,20	160.800,00
Francisco Santos	dos Peq. Prod. Rurais da Jurema	145,00	12	32.054,14	136.745,86	168.800,00
Geminiano	dos Peq. Produtores Rurais de Baixio da Cacimbinha	573,33	27	108.770,33	269.229,67	378.000,00
Geminiano	de Peq. Prod. Rurais da Local. Serra Branca	1.019,66	30	116.837,13	305.162,87	422.000,00
Geminiano	dos Peq. Prod. Rurais de Serra Branca III	200,00	12	30.454,15	138.345,85	168.800,00
Geminiano	dos Peq. Agric. Da Faz. Milhans	400,38	20	36.619,46	244.880,54	281.500,00
Geminiano	de Peq. Prod. Rurais de Cacimbinha II	160,89	15	92.402,58	148.397,42	240.800,00
Itainópolis	dos Pequenos Agricultores do Morro do Milho	207,46	13	21.495,00	160.505,00	182.000,00
Itainópolis	Comunitária de Maxixe e Boa Vista	148,46	8	16.195,00	95.805,00	112.000,00
Itainópolis	dos Peq. Prod. Rurais da Local. Água Verde	250,00	12	16.187,50	152.612,50	168.800,00
Itainópolis	dos Peq. Prod. Rurais do Saco do Pinga	906,30	30	95.772,90	326.227,10	422.000,00
Itainópolis	Comunitária de Barreiro	70,00	15	18.919,54	191.880,46	210.800,00
Jacobina do Piauí	do Desenv. Dos Morad. Da Local. Vereda do Curralinho	849,10	33	158.368,86	305.631,14	464.000,00

<i>MUNICÍPIO</i>	<i>ASSOCIAÇÃO</i>	<i>QT. ha</i>	<i>Nº FAM</i>	<i>VALOR DO SAT</i>	<i>VALOR DO SIC</i>	<i>TOTAL DO PROJETO</i>
Jaicós	dos Peq. Prod.Rurais da Pitombeira	197,00	13	63.115,50	145.684,50	208.800,00
Massapê do Piauí	do desenv. Com. Dos Morad. Da Local Curral Velho	595,05	26	54.072,31	311.927,69	366.000,00
Monsenhor Hipólito	de Peq. Prod. Rurais do Baixão do Santiago	198,50	16	27.944,02	197.555,98	225.500,00
Monsenhor Hipólito	dos Trab. Rurais Sem Terra do Alto Brilhante	205,00	20	125.310,25	196.189,75	321.500,00
Monsenhor Hipólito	de Peq. Prod. Rurais do Assent. Marcos Policarpo	330,77	23	52.440,94	271.059,06	323.500,00
Paquetá	dos Peq. Prod. Rurais da Local. Tiradentes	90,80	8	16.308,20	96.491,80	112.800,00
Paquetá	dos Prod. Rurais de Malhada do Cajueiro	210,00	13	25.527,37	157.272,63	182.800,00
Paulistana	dos Peq. Prod. Rurais de Barrinha	880,00	20	65.400,50	216.099,50	281.500,00
Paulistana	de Desenv. Com. dos Mor. Da Local. Jorge de Cima	486,44	23	55.359,73	268.140,27	323.500,00
Paulistana	de des. Com. Rural da Faz. Serra Branca	863,00	30	99.281,50	322.718,50	422.000,00
Picos	de Peq. Prod. Rurais do Assent. São Braz	218,60	15	48.153,84	162.646,16	210.800,00
Pio IX	de Produtores Rurais de alto Riso	600,00	23	68.269,00	253.731,00	322.000,00
Pio IX	dos Peq. Produtores Rurais da Localidade Baixões do Geral	689,30	27	80.413,00	297.587,00	378.000,00
Pio IX	dos Peq. Produtores Rurais de Novo Horizonte	1.933,00	41	175.299,75	398.700,25	574.000,00
Pio IX	de Desenv. Agríc, Rural Mundoca Teles	597,65	20	70.794,46	189.989,10	260.783,56
Pio IX	de Peq. Prod. Do Assent. Nova Esperança	1.237,50	41	143.841,70	432.158,30	576.000,00
Pio IX	de Melhor. Agríc. Rural de Santa Fé	1.009,35	34	126.774,36	351.225,64	478.000,00
Pio IX	de Trab. Rurais do Assent. Cachoeirinha	422,88	20	74.809,86	206.690,14	281.500,00

<i>MUNICÍPIO</i>	<i>ASSOCIAÇÃO</i>	<i>QT. ha</i>	<i>Nº FAM</i>	<i>VALOR DO SAT</i>	<i>VALOR DO SIC</i>	<i>TOTAL DO PROJETO</i>
Pio IX	de trab. Rurais do Proj. São José	630,87	26	121.704,15	244.295,85	366.000,00
Pio IX	dos Trab. Rurais sem Terra da Local. Alto Belo	917,00	35	143.891,71	348.108,29	492.000,00
Santo Antonio de Lisboa	dos Lavradores de Baixa do Cedro	670,00	25	55.905,00	294.095,00	350.000,00
Santo Antonio de Lisboa	de Peq. Produtores Rurais de Serra Vermelha	619,89	26	63.040,00	300.960,00	364.000,00
Santo Antonio de Lisboa	Comunitária de Desenv. Rural de Sítio Solidade	1.035,72	35	97.383,00	392.617,00	490.000,00
Santo Antonio de Lisboa	de Trab. Rurais do Sítio Solidade I	1.035,50	35	113.588,35	378.411,65	492.000,00
Santo Antonio de Lisboa	dos Peq. Prod. Para o Des. Rural do Sítio Solidade III	800,57	35	89.503,02	402.496,98	492.000,00
São João da Canabrava	dos Peq. Agric. De São João da Canabrava	447,98	13	39.069,91	144.469,09	183.539,00
São João da Canabrava	dos Peq. Prod. Boa Vista	1.000,67	36	139135,01	366.864,99	506.000,00
São João da Canabrava	dos Peq. Prod. Serra do Mel	1.049,99	30	94288,7	327.711,30	422.000,00
São João da Canabrava	dos Peq. Agric. Do Sítio Velho	147,00	10	19295,8	121.504,20	140.800,00
Simões	do Desenv. Comunit. Dos Morad. Da	618,29	20	85.852,23	195.647,77	281.500,00

<i>MUNICÍPIO</i>	<i>ASSOCIAÇÃO</i>	<i>QT. ha</i>	<i>Nº FAM</i>	<i>VALOR DO SAT</i>	<i>VALOR DO SIC</i>	<i>TOTAL DO PROJETO</i>
	Localidade Cabaceira					
Vera Mendes	de Peq. Prod. De Baixa Grande	615,15	30	133.780,55	288.219,45	422.000,00
TOTAL de 58 assentamentos		32.299,4		4.285.613,1	14.124.210,3	18.409.823,5
		1	1304	7	9	6

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
 DIRETORIA DE OBTENÇÃO DE TERRAS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO
 COORDENAÇÃO-GERAL DE IMPLANTAÇÃO - DTI - SIPRA
 Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação
 Período da Criação do Projeto : 01/01/1900 até 27/03/2009
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DO PIAUÍ - SR (24)

SIPRA	ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	ÁREA (HA)	CAP.	FAM. ASS.	FASE	ATO DE CRIAÇÃO			OBTENÇÃO	
							TIPO	Nº	DATA	FORMA	DATA
PI0079000	PA LAGOA DO CAJUEIRO	BOCAINA	4.993,9290	150	150	05	POR	41	04/07/199	Confisco	04/05/199
									7		
PI0034000	PA CASA NOVA	CURRAL NOVO DO PIAUI	221,6620	15	15	05	POR	44	31/08/199	Confisco	17/08/199
									5		
PI0231000	PCA FRANCISCO SANTOS	FRANCISCO SANTOS	30,8000	31	31	05	POR	02	09/10/200	Reconhecimento	
									2		
PI0804000	PCA SERRINHA	FRANCISCO SANTOS	24,4500	30	30	03	POR	27	20/11/200	Doação	25/05/200
									8		
PI0040000	PA BARREIROS	GEMINIANO	7.234,9200	220	220	05	POR	24	27/06/199	Desapropriação	08/11/199
									6		
PI0114000	PA UNIÃO	GEMINIANO	3.937,7300	150	148	05	POR	51	01/12/199	Desapropriação	14/05/199
									8		
PI0147000	PCA FLAMENGO	JAICOS	66,0000	40	40	05	POR	30	23/12/199	Reconhecimento	09/04/199
									9		

								ATO DE CRIAÇÃO			OBTENÇÃO	
PI0150000	PA CACHOEIRA SIFRA	PAULISTANA MUNICÍPIO	3.387,3000 ÁREA (HA)	85 CAP.	82 FAM ASS.	05 FASE	POR	22	01/11/200	0	Desapropriação	21/12/199
PI0151000	PA MALHETE	PAULISTANA	1.118,6800	32	32	05	POR	23	01/11/200	0	Desapropriação	21/12/199
PI0445000	PA PAULO FREIRE	PIO IX	9.288,7668	150	149	03	POR	09	04/10/200	7	Desapropriação	26/12/200
PI0333000	PA QUATRO IRMÃOS/JUREMA	PIO IX	3.058,0000	63	63	03	POR	17	19/05/200	5	Desapropriação	01/08/200
PI0601000	PE PONTA DA SERRA	PIO IX	17.862,8853	275	265	03	POR	28	26/12/200	7	Reconhecimento	22/12/200

Total :

12 Projetos

51.225,1231 1.241 1.225

00 - Em Obtenção

01 - Pré-Projeto de Assentamento

02 - Assentamento em criação

03 - Assentamento Criado

04 - Assentamento em Instalação

05 - Assentamento em Estruturação

06 - Assentamento em Consolidação

07 - Assentamento Consolidado

RELAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS **REGISTRADOS** NO DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL - DIPOA/SDA/MAPA – BRASÍLIA/DF.

III – MEL E PRODUTOS APÍCOLAS:

1 – COOAPI-COOPERATIVA APÍCOLA DA GRANDE PICOS LTDA

Presidente: JAILSON TEIXEIRA DE LEMOS

SIF Nº 639 – Reservado em: 12.12.2003–REGISTRADO em: – CNPJ:
00.938.832/0001-53

Categoria: Entrepasto de Mel e Cera de Abelhas – L3F - (EM.1)

Atividade: Mel de Abelhas – Comércio Interestadual

Endereço: Rua Projetada 284, 1020 – Bairro Conduru – Tel: (89) 422-4243-(9978-0743)

e-mail: cooapi@firme.com.br / cooapi@gmail.com

64 600-000 – Picos – Piauí

2 – MEL WENZEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Representante: ADILSON MANOEL WENZEL

SIF Nº 1295 – REGISTRADO em: 05.09.2002 – CNPJ: 03.965.897/0001-86

Categoria: Entrepasto de Mel e Cera de Abelhas – L3F - (EM.1)

Atividade: Mel e Produtos da Colmeia – Comércio Interestadual

Endereço: Rua Cícero Eduardo, 183 Bairro Junco Tel: (89)3422-4327/3422-4633 – melwenzel@firme.com.br

64 600-000 – Picos-Piauí

3– CAMPIL-COOPERATIVA APÍCOLA DA MICRO REGIÃO DE PICOS LTDA

Presidente: EDIMILSON ANTONIO DE SOUSA SÁ

SIF Nº 1868–Reservado em: 27.02.2004–REGISTRADO em:
02.03.2004–CNPJ:10.323.376/0001-90

Categoria: Entrepasto de Mel e Cera de Abelhas – L3F - (EM.1)

Atividade: Mel de Abelhas – Comércio Interestadual e Internacional

Endereço: Av. Brasil, 3600 – Bairro Junco – Tel: 422-4487 – FAX: 422-4738

64 600-000 – Picos-Piauí

4 – CENTRAL DE COOPERATIVAS APÍCOLAS DO SEMI-ÁRIDO
BRASILEIRO

Diretor Presidente: ANTONIO LEOPOLDINO DANTAS FILHO

SIF Nº 2094–Reservado em: 06.09.2007–REGISTRADO em: 16/06/2008
– CNPJ:07.533.740/0001-32

Categoria: Entrepasto de Mel e Cera de Abelhas – L3F - (EM.1)

Atividade: Mel de Abelhas – Comércio Interestadual e Internacional –

Habilitação: LISTA GERAL, Circular Nº 475/08/CGPE/DIPOA, de 14/05/2008 e
UNIÃO EUROPÉIA, conforme Circular Nº 504/2009/CGPE/DIPOA, de
12/06/2009.

Endereço: Distrito Industrial, S/N - Lotes: 48 e 49, Bairro Pantanal – Tel:
(89) 422-4738, FAX: (89) 3422-4243 E-MAIL: casaapis@gmail.com

64 600-000 – Picos-Piauí

5 – WENZEL'S APICULTURA COMÉRCIO, INDÚSTRIA, IMPORTAÇÃO E
EXPORTAÇÃO LTDA

Sócio Administrador: THIAGO GAMA DE OLIVEIRA

SIF Nº 2344 – Reservado em: 10.02.2005 – TÍTULO DE REGISTRO em:
26/11/2008

Categoria: Entrepasto de Mel e Cera de Abelhas – L3F - (EM.1) - CNPJ:
07.056.562/0001-04

Atividade: Mel de Abelhas – Comércio Interestadual e Internacional

Endereço: Rua Cícero Eduardo, 183-B Bairro Junco Tel/FAX: (89) 3422-0264 - 64 600-000 – Picos-Piauí

OBS: ALTERAÇÃO DE RAZÃO SOCIAL: Circ.Cadastro Nº 322/2008/DCA/DIPOA de 26/11/2008;

6 – IANA DA AMAZÔNIA INDUSTRIA, COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA

Sócia Administradora: DELMA DE BRITO CABRAL

SIF Nº 4028 – RESERVADO em 08.10.2007 – REGISTRO: - CNPJ: 08.950773/0001-40

Categoria: Entrepasto de Mel e Cera de Abelhas L3F - (EM.1)

Atividade: Mel e Produtos da Colméia – Comércio Interestadual

Endereço: Av. Senador Helvídio Nunes S/N – Bairro Paraibinha –
Fone/FAX: (89) 3422-8015

64 600-000 – Picos-Piauí

Observação: Transferência de Razão Social em 08.10.2007, Circ.Cadastro DCA/DIPOA Nº 269/2007, de 08/10/2007– Firma Anterior: Apischel Exportadora Ltda

7– BOMMEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Preidente: LOURIVAL CORRENTE CRUZ

SIF Nº 4399 – RESERVADO em: 12.06.2003 – REGISTRO: - CNPJ: 07.697.597/0001-14

Categoria: Entrepasto de Mel e Cera de Abelhas L3F - (EM.1)

Atividade: Mel e Produtos da Colméia – Comercio Interestadual e Internacional

Endereço: Rua Ricardina Neiva, 264 – Bairro Catavento – Tel/FAX: 482-4739

64 600-000 – Picos-Piauí

Observação: Transferência de Razão Social, conforme CIRC.CADASTRO Nº 93/2006, de 02.06.2006 – Firma Anterior: GUSTAVO VIEIRA DE ALENACAR – “ME”

FONTE: Estatística SIPAG/DT/SFA/PI



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO NO PIAUÍ – SFA/PI
DIVISÃO TÉCNICA – DT/SFA/PI
SERVIÇO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS –
SIPAG/DT/PI

RELAÇÃO DE ESTABELECEMENTOS **RELACIONADOS** NO SERVIÇO DE
INSPEÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS – SIPAG/DT/PI –
TERESINA/PI.

III – MEL E PRODUTOS APÍCOLAS – ENTREPÓSITOS DE MEL E APIÁRIOS:

1 – APIDOOURO COMERCIAL EXPORTADORA E IMPORTADORA LTDA

Gerente Geral: JOÃO CARLOS FAFORGA MESSA

SIF/ER-PI Nº 8 – RELACIONADO em: 29.12.2008 – CNPJ:
54.497.896/0002-76

Categoria: APIÁRIO – (AP.1) – UNIDADE DE EXTRAÇÃO DE MEL

Atividade: MEL – Comércio Interestadual, Fornecimento de Matéria-Prima
para Estabelecimentos Habilitados a Exportação para União Européia

Endereço: Apiário: Av. Urbano Eulálio, S/N – Bairro Junco – Tel:

64 600-000 – Picos-Piauí

2 – MARCIA REGINA WENZEL

Proprietária: MARCIA REGINA WENZEL

SIF/ER-PI Nº 13 – RELACIONADO em: 21.07.2009 – CNPJ:
05.377.509/0001-71

Categoria: APIÁRIO – (AP.1) – UNIDADE DE EXTRAÇÃO DE MEL

Atividade: MEL – Comércio Interestadual, Fornecimento de Matéria-Prima
para Estabelecimentos Habilitados a Exportação para União Européia

Endereço: Apiário: Rua Frei Caneca, 5475 – Bairro Jardim Natal –
Tel/FAX: (89) 3422.4811 / 94059348

64. 600-000 – Picos-Piauí

3 – JOSÉ HENRIQUE FERNANDES FARALDO – (A REALEIRA)

Diretor Presidente: JOSÉ HENRIQUE FERNANDES FARALDO

SIF/ER-PI Nº 20 – RELACIONADO em: 15.05.2003 – CNPJ:
58.192.238/0002-27

Categoria: Entrepasto de Mel e Cera de Abelhas – L3F - (EM.1)

Atividade: Mel – Comércio Interestadual

Endereço: Av. Senador Helvídio Nunes, 3287 – Bairro Junco – Tel/FAX:
(89)-422-4162

64 600-000 – Picos-Piauí

FONTE: Estatística SIPAG/DT/SFA/PI

BEBIDAS E VINAGRES

N. PI 05476-3 AGROINDUSTRIA BENTIVIENSE LTDA

Conc.05/03/2009 REGISTRADO

N.Fantasia: SUCOS BEMTIVI

CNPJ: 08917208000181

Insc.:194632668

Processo: 21038001692200811 End. Comer.: RODOVIA BR 316, KM 337

Bairro: Distrito: POVOADO BEM-TIVI

Município: 220940 Santo Antonio de Lisboa UF: PI Cep:
64640000

Cx. Postal: 0 Telex: fone: 89 34491283 Fax: Dt.Ocor.:

N. PI 05271-0 ANTONIO JUSSELINO MATOS SILVEIRA JUNIOR

Conc.10/09/2008 REGISTRADO

N.Fantasia: FRUTMEL CNPJ: 05645404000156 Insc.:19410803

Processo: 210380000689936 End. Comer.: BR-316 KM-92 S/N

Bairro: ZONA RURAL Distrito: ZONA RURAL

Município: 220435 Geminiano UF: PI Cep: 64613000

Cx. Postal: 0 Telex: fone: 86 34571945 Fax: Dt.Ocor.:

N. PI 05438-1 BRUNA DE ALENCAR BEZERRA Conc.06/05/2009

REGISTRADO

N.Fantasia: BRASUCOS CNPJ: 06172343000110

Insc.:194545270

Processo: 21038352200954 End. Comer.: SITIO ODILANDIA, ZONA RURAL,

Bairro: Distrito:

Município: 220820 Pio IX UF: PI Cep: 64660000

Cx. Postal: 0 Telex: fone: 89 34531219 Fax: Dt.Ocor.:

N. PI 05392-9 COOPERATIVA AGROPECUARIA DE ITAU LTDA.

Conc.05/11/2004 REGISTRADO

N.Fantasia: COAPIL CNPJ: 08488116001014 Insc.:194520854

Processo: 21038003453200472 End. Comer.: RODOVIA BRASILIA BR-020
KM-60

Bairro: Distrito: ZONA RURAL

Município: 220820 Pio IX UF: PI Cep: 64660000

Cx. Postal: 0 Telex: fone: 089 4531763 Fax: Dt.Ocor.:

N. PI 05352-0 GUIMARAES FILHOS & CIA. LTDA. Conc.21/01/2003

REGISTRADO

N.Fantasia: SUCOS IMBIARA CNPJ: 04885728000107

Insc.:194494349

Processo: 210380025670233 End. Comer.: AV. LINO RODRIGUES. SN

Bairro: XIQUE-XIQUE Distrito:

Município: 220940 Santo Antonio de Lisboa UF: PI Cep:

64640000

Cx. Postal: 0 Telex: fone: 86 2335085 Fax: Dt.Ocor.:

N. PI 05388-1 JOAO MILITAO RUFINO FILHO ME. Conc.22/09/2004

REGISTRADO

N.Fantasia: COROATA DOCES CNPJ: 05132867000114

Insc.:194499847

Processo: 21038003213200478 End. Comer.: POVOADO COROATA

Bairro: Distrito:

Município: 220800 Picos UF: PI Cep: 64600000

Cx. Postal: 0 Telex: fone: 089 4217004 Fax: 0894226986 Dt.Ocor.:

A Saúde Bucal está incorporada à Estratégia de Saúde da Família e se destina a realizar ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde oral, sendo construída com a participação efetiva do usuário e comunidade tendo como princípio básico a integralidade das ações.

A Saúde da Mulher, é parte integrante obrigatória da atenção básica e objetiva identificar o mais precocemente possível transtornos que afetem os órgãos reprodutores femininos, além de olhar para a mulher de uma maneira integralizada. O Ministério da Saúde preconiza, às gestantes, pelo menos seis consultas, além do esquema vacinal (dT Adulto e Hepatite B), são oferecidos também exames anti-HIV e HBV. A população feminina tem direito à consultas e exames oportunizando trabalho à prevenção do câncer cérvico-uterino e câncer de mama, planejamento familiar, prevenção de DST's /AIDS e infecções ginecológicas.

Os Centros de Atenção Psicossocial - CAPS também integram a Atenção Básica e são unidades de atendimento intensivo e diário aos portadores de sofrimento psíquico grave e objetivam fugir dos modelos tradicionais de tratamento de pessoas com debilidades do sistema nervoso e permitem que os usuários permaneçam junto às suas famílias e comunidades. Configuram-se como serviços comunitários ambulatoriais e regionalizados nos quais os pacientes fazem consulta médica, atendimentos terapêuticos individuais e/ou grupais, participam de atividades lúdicas e recreativas promovidas pelos profissionais do serviço, objetivando o tratamento e reabilitação psicossocial, devendo também haver iniciativas extensivas aos familiares e às questões de ordem social presentes no cotidiano dos usuários (ONOCKO-CAMPOS, 2006).